

*Região Administrativa  
de Barretos*



**O ESTADO DOS MUNICÍPIOS 1997-2000**  
Índice Paulista de Responsabilidade Social



**Mesa Diretora da Assembléia  
Legislativa do Estado de São Paulo**

**Presidente**

Deputado Sidney Beraldo

**1º Secretário**

Deputado Emidio de Souza

**2º Secretário**

Deputado José Caldini Crespo

**1º Vice-Presidente**

Deputado Roque Barbieri

**2º Vice-Presidente**

Deputado Ary Fossen

**3º Secretário**

Deputado Marquinho Tortorello

**4º Secretário**

Deputada Maria Lúcia Prandi

## UMA FERRAMENTA PARA PLANEJAR O DESENVOLVIMENTO DO NOSSO ESTADO

Conhecer melhor para decidir corretamente. É com esse propósito que a Assembléia Legislativa contratou a Fundação Seade para elaborar o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, uma radiografia da qualidade de vida em todos os 645 municípios do Estado de São Paulo.

A decisão de elaborar este levantamento remonta aos debates do *Fórum São Paulo Século XXI*, iniciativa do então presidente da Assembléia Legislativa, deputado Vanderlei Macris, e consumada com a aprovação da Lei nº 10.765, de 19 de fevereiro de 2001, que criou o IPRS, capacitando o Poder Legislativo para avaliar de forma consistente as performances das políticas públicas governamentais implementadas.

Nessa perspectiva, a elaboração, a disponibilização dos resultados, a disseminação e o incentivo ao uso do IPRS, por parte dos mais diferentes atores públicos e privados do Estado de São Paulo, através de iniciativas conduzidas pela Assembléia Legislativa, resultam numa ferramenta de enorme valia para que sejam mais bem identificados e qualificados os desafios colocados aos governos e à sociedade com vistas à promoção do desenvolvimento com face humana, em que os frutos do crescimento econômico e da expansão das atividades produtivas, ao lado da decorrente ampliação das fontes de financiamento dos gastos públicos, estejam a serviço da melhoria permanente das condições de vida da população, notadamente daqueles grupos mais vulneráveis e menos incluídos social e economicamente.

Ao divulgar a versão do IPRS atualizada com os dados censitários de 2000, a Assembléia Legislativa deixa evidente qual desenvolvimento estará sendo tratado e promovido, subordinando-o à melhoria estrutural e permanente das condições de vida da população e, assim, sendo capaz de produzir, como consequência, a continuada evolução positiva daqueles indicadores que possibilitam aferir, com acuidade e precisão, os avanços da qualidade de vida que se deseja ver materializados e que o IPRS estará comprovando.

É particularmente relevante chamar atenção para o fato de que a metodologia adotada para a construção e cálculo do IPRS, ao lado de permitir análises e comparações análogas àquelas proporcionadas pelo IDH, possibilita ir além disso, porque trabalha com um conjunto mais amplo de variáveis associadas às condições de vida das pessoas, que melhor explicam e caracterizam a situação do desenvolvimento humano nos municípios e regiões do Estado. O índice permite a elaboração de diagnósticos e o desenho de diretrizes e ações, tanto no âmbito das políticas públicas, quanto daquelas iniciativas que deveriam ser adotadas pelo setor privado, a partir de estímulos e mecanismos de indução ou apoio; além, é claro, do que possa ser promovido pelas mais diferentes organizações da sociedade civil, em seu compromisso com a melhoria das condições de vida.

Com efeito, o IPRS também serve de emulador às boas práticas administrativas e de governança, pois dota os municípios do Estado de indicadores objetivos que demonstram quais esforços devem ser empreendidos para melhorar a qualidade de vida da população em geral.

Diante dos cenários socioeconômicos que podem ser construídos a partir do IPRS, a população e as lideranças locais e regionais, em cada parte do território paulista, poderão debater e estabelecer iniciativas e metas a serem desencadeadas e perseguidas, com vistas à construção dos caminhos em direção ao desenvolvimento econômico sustentado, que possam resultar, ao mesmo tempo, em melhorias concretas das condições de vida, expressas pela obtenção de medidas do IPRS que reflitam objetivamente tais avanços.

Deputado Sidney Beraldo,  
**Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**

Deputado Emidio de Souza  
**1º Secretário**

Deputado José Caldini Crespo  
**2º Secretário**



**Governador do Estado**

Geraldo Alckmin

**Vice-Governador**

Cláudio Lembo

**Secretário de Economia e Planejamento**

Andrea Sandro Calabi

**SEADE**

Fundação Sistema Estadual  
de Análise de Dados

**Diretora Executiva**

Felícia Reicher Madeira – interina

**Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro**

Marcos Martins Paulino

**Diretora Adjunta de Análise Socioeconômica**

Ana Celeste de Alvarenga Cruz – respondendo pelo expediente

**Diretora Adjunta de Produção de Dados**

Maria Cecília Comegno – respondendo pelo expediente

**Chefia de Gabinete**

José Max Reis Alves

**Conselho de Curadores**

Andrea Sandro Calabi (Presidente)

Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi

Carlos Antonio Luque

Hélio Nogueira da Cruz

Luiz Antonio Vane

Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira

Maria Fátima Pacheco Jordão

Neide Saraceni Hahn

Ruben Cesar Keinert

**Conselho Fiscal**

Eunice Barboza Machado

Fábio Alonso

Ironice da Rocha Silva

## SÃO PAULO SOB UMA NOVA VISÃO

Um raro e ambicioso empreendimento. Talvez seja essa a melhor qualificação de *O Estado dos Municípios*, que a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio de contrato com a Fundação Seade, oferece à sociedade e àqueles que definem políticas e ações sociais.

Trata-se de extensa análise da situação socioeconômica de cada um dos 645 municípios paulistas, realizada por meio das informações do IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social. Espera-se com isso contribuir tanto para o aprimoramento da formulação de políticas públicas e da definição de metas e prioridades, quanto para o acompanhamento da evolução de seus resultados, decisivo para construção de consensos e para avaliação da ação do poder público e dos agentes sociais.

Desdobramento do IPRS, proposto nos debates do *Fórum São Paulo Século XXI*, o IPRS-2000, além de um relatório técnico que descreve a elaboração do índice, gerou a presente publicação, para tornar mais fácil o emprego de suas informações. Abre-se, assim, uma grande vertente para a produção de análises municipais e regionais, permitindo comparações entre a situação e o desempenho dos diferentes municípios paulistas, por meio dos indicadores das três dimensões do IPRS: riqueza, longevidade e escolaridade. Além disso, o acesso às variáveis que compõem aqueles indicadores permite estabelecer relações entre si, criando outras possibilidades para a compreensão de diferentes fenômenos econômicos e sociais e suas inter-relações.

São inúmeros os exemplos das potencialidades de uso dessas informações: desde o desvendamento de padrões específicos do desempenho econômico e social dos municípios, até a identificação de situações surpreendentes, como o fato de Pedrinhas Paulista, um município de pequeno porte, ser o único classificado no Grupo 1 do IPRS, na Região Administrativa de Marília, ou, ainda na mesma região, a classificação de Oscar Bressane, que ocupa o 1º lugar no Estado, na dimensão escolaridade.

O confronto entre as variáveis de riqueza de Jaguariúna e Paulínia, por exemplo, permite inferir que, no primeiro município, houve importante expansão das atividades industriais, provocando impacto positivo nos níveis salariais ali vigentes. Já no segundo, onde o crescimento das atividades industriais foi ainda mais intenso, ocorreu redução dos salários médios reais. Pode-se admitir que, no primeiro caso, tratou-se de uma expansão baseada na introdução de novas unidades produtivas na economia local, que chegaram a afetar a própria estrutura ocupacional do município. Em Paulínia, parece ter ocorrido, prioritariamente, a ampliação do valor da produção de unidades preexistentes, de modo que os salários acompanharam o movimento geral desta variável no conjunto do Estado.

Outro caso paradigmático: embora em 1º lugar no *ranking* de riqueza do Estado, Barueri encontra-se mal posicionado na dimensão longevidade, razão de sua classificação no Grupo 2. Para avançar ao Grupo 1, seria necessário um conjunto de iniciativas para reduzir a mortalidade no município. Muitos esforços têm sido realizados para tanto e as taxas de mortalidade infantil e perinatal diminuíram, entre 1997 e 2000. Porém, a mortalidade de jovens e adultos estabilizou-se em patamar muito elevado e a de idosos, embora em queda, também é muito alta. Sabe-se que a mortalidade entre jovens e adultos tem causas totalmente distintas da mortalidade infantil e exige respostas que, geralmente, envolvem a segurança pública, os cuidados com o trânsito e o sistema viário e o combate à disseminação de doenças sexualmente transmissíveis.

Estes 16 volumes constituem útil ferramenta para os gestores públicos melhor conhecer a realidade onde atuam e para informar aos cidadãos a situação de seus municípios. Como qualquer indicador, os do IPRS possuem limitações e não se pode exigir deles mais do que são capazes. A Fundação Seade, vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento, agradece a confiança que mereceu da Assembléia Legislativa e espera, com esta publicação, contribuir para o avanço da democratização das informações e para o pleno exercício da cidadania em nosso Estado.

Andrea Sandro Calabi

**Secretário de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo**  
**Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Seade**

Felícia Reicher Madeira

**Diretora Executiva da Fundação Seade**

O Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, 9  
Região Administrativa de Barretos, 19

## Municípios

Altair, 25  
Barretos, 27  
Bebedouro, 29  
Cajobi, 31  
Colina, 33  
Colômbia, 35  
Embaúba, 37  
Guaíra, 39  
Guaraci, 41  
Jaborandi, 43  
Monte Azul Paulista, 45  
Olímpia, 47  
Pirangi, 49  
Severínia, 51  
Taiaçu, 53  
Taiúva, 55  
Terra Roxa, 57  
Viradouro, 59  
Vista Alegre do Alto, 61

## O ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IPRS

O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) é um sistema de indicadores socioeconômicos referidos a cada município do Estado de São Paulo. A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo contratou a Fundação Seade para a elaboração do IPRS, com o objetivo de fornecer instrumentos que permitam o acompanhamento da situação social e econômica desses municípios e que subsidiem a formulação e a avaliação de políticas públicas em âmbito municipal.

O IPRS acompanha o paradigma que sustenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Porém, a operacionalização de ambos apresenta diferenças substanciais, uma vez que o IPRS busca gerar indicadores de curto prazo e evitar os inconvenientes de utilizar um índice sintético baseado numa média das dimensões que o compõem.

Como se sabe, o paradigma do desenvolvimento humano propugna a insuficiência da renda *per capita* como o único indicador das condições de vida da população residente em determinado território. Considera que, além da renda, outras dimensões devem ser incluídas para se ter um quadro mais completo das condições de vida de uma sociedade. No desenvolvimento do IDH, propôs-se que mais duas dimensões fossem incorporadas à renda: a longevidade e a escolaridade, adicionando assim as condições de saúde e de educação ao nível de renda para se gerar um indicador mais abrangente das condições de vida.

Para fazê-lo, o IDH selecionou variáveis específicas para cada dimensão: PIB *per capita*,<sup>1</sup> para a dimensão riqueza; esperança de vida ao nascer, para a dimensão longevidade; e a combinação da taxa de alfabetização das pessoas com 15 anos e mais (com peso de 2/3) com a taxa de matrícula bruta (peso de 1/3), para a dimensão escolaridade. Os indicadores de cada dimensão são padronizados e transformados numa escala de 0 a 100, que permite calcular a média aritmética simples dos indicadores resultantes em cada uma das escalas.

O interesse pela utilização do IDH como instrumento analítico para a definição de prioridades e metas de políticas públicas vem crescendo notavelmente desde a divulgação do primeiro Relatório Internacional de Desenvolvimento Humano, em 1990, por duas razões fundamentais. A primeira diz respeito ao próprio conceito de desenvolvimento humano adotado pelo PNUD, que procura destacar, como objetivos a serem alcançados por toda e qualquer nação, no longo prazo, não só a ampliação do bem-estar material da população, mas também o alargamento

da liberdade das escolhas pessoais, o que pressupõe a criação de um ambiente propício para a experiência de uma vida longa, saudável e criativa. A segunda razão decorre da facilidade com que o IDH possibilita comparações internacionais e, dependendo da disponibilidade de informações estatísticas dos países, também comparações em âmbito regional ou local, mediante a classificação dos países, Estados ou municípios em um *ranking* a partir do qual podem ser identificadas três categorias: baixo desenvolvimento humano (IDH menor que 0,5); médio desenvolvimento humano (IDH maior que 0,5 e menor que 0,8); e alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8).

No Brasil, o Escritório Regional do PNUD patrocinou a elaboração de um Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano, em 1996, e de um Atlas de Desenvolvimento Humano, em 1998. Elaborado conjuntamente pelo Ipea, IBGE e Fundação João Pinheiro, o Atlas utiliza uma medida similar ao IDH (o IDH-M) para reconstituir a evolução dos índices de desenvolvimento humano em nível municipal, no período de 1970 a 1991, tomando por base informações levantadas pelos censos demográficos. Desde então, o IDH-M passou a ser utilizado como referência para o planejamento e a avaliação de políticas e programas sociais no país.

No entanto, para os objetivos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, a metodologia adotada para o cálculo do IDH-M possui limitações importantes que o IPRS busca superar. Em primeiro lugar, devido às variáveis utilizadas, originárias do Censo Demográfico, só se pode atualizar o IDH a cada dez anos, período excessivamente longo para quem pretende acompanhar e subsidiar a formulação de políticas públicas. Em segundo lugar, a elaboração de um *ranking* por meio do cálculo das médias dos indicadores das três dimensões do IDH, se facilita a comunicação de seus resultados, dificulta a avaliação da real situação do município em cada uma daquelas dimensões.

Para superar tais limitações, o IPRS, preservando o paradigma do desenvolvimento humano e as três dimensões do IDH, buscou identificar fontes alternativas de dados, em especial registros administrativos, que possibilitassem a atualização mais freqüente do indicador e construiu, por meio de técnicas estatísticas multivariadas, agrupamentos de municípios em situações socioeconômicas semelhantes, evitando o cálculo de um valor médio para cada município.

O Quadro 1 sintetiza as variáveis consideradas em cada uma das três dimensões do IPRS. Note-se que, por ser um sistema de indicadores que permite o acompanhamento permanente da si-

1 No caso de indicadores municipais, o PIB *per capita* tem sido substituído pela renda familiar *per capita*.

**Quadro 1**  
**Síntese das Variáveis Seleccionadas e Estrutura de Pesos Adotada, segundo Dimensões do IPRS**

DIMENSÕES	VARIÁVEIS DE RESULTADO	VARIÁVEIS DE ESFORÇO
Riqueza Municipal	Consumo de energia elétrica residencial (44%) Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços (23%) Remuneração média dos empregados com carteira assinada (19%)	Valor adicionado fiscal per capita (14%)
Longevidade	Mortalidade infantil (30%) Mortalidade de adultos de 60 anos e mais (20%) Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos (20%)	Mortalidade perinatal (30%)
Escolaridade	Porcentagem dos jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental (26%) Porcentagem dos jovens de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio (24%) Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos alfabetizadas (24%) Porcentagem de jovens de 15 a 24 anos alfabetizados (23%)	Porcentagem das matrículas de ensino fundamental oferecidas pela rede municipal (3%)

tuação socioeconômica dos municípios paulistas, as fontes de informações primárias do IPRS não se limitam aos Censos Demográficos, cuja realização ocorre a cada dez anos. Isso exigiu a avaliação de diversas fontes alternativas que possibilitassem a criação de indicadores municipais para as três dimensões, sendo seleccionadas as seguintes:

- indicador de riqueza municipal: registros administrativos fornecidos pelas Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda e da Energia do Estado de São Paulo e do Ministério do Trabalho e Emprego;
- indicador de longevidade: dados do Registro Civil produzidos pela Fundação Seade;
- indicador de escolaridade: dados dos Censos Demográficos produzidos pelo IBGE e do Censo Escolar, do Ministério da Educação.

Observe-se que, no caso do indicador de escolaridade, ainda se utiliza o Censo Demográfico como fonte de informações primárias, pelo fato de terem ocorrido mudanças, na década de 90, no questionário do Censo Escolar – fonte alternativa preferencial para a produção desses indicadores – o que dificulta a construção de séries históricas. Além disso, tendo em vista a qualidade das informações censitárias, parece inapropriado deixar de utilizá-las quando disponíveis para o ano em pauta.

Desde o início da elaboração do IPRS, além das variáveis de resultado – que caracterizam a situação atual dos municípios, decorrente de fenômenos e processos ocorridos no passado –, buscou-se incorporar outras três, uma para cada dimensão, que refletissem aspectos relacionados aos esforços atualmente empreendidos pelos municípios paulistas (Quadro 1). Ressalte-se que, no cálculo do IPRS ora apresentado, adotou-se uma aproximação inicial dessa abordagem, a ser complementada, oportunamente, por estudos mais detalhados sobre indicadores de esforços em educação e saúde, que foram objeto de trabalhos específicos.

A combinação das variáveis de cada dimensão para a construção de um indicador sintético de riqueza, longevidade e escolaridade implicou a definição dos pesos a serem atribuídos a cada variável (valores entre parênteses no Quadro 1). Para a elaboração dessa estrutura de ponderação, estudou-se a interdependência entre as variáveis por meio de um modelo de análise fatorial. Cada um dos três indicadores sintéticos que correspondem às dimensões do IPRS foi transformado em escala que varia de 0 a 100, de modo a facilitar o manuseio dos dados e a comparação dos municípios.

Esses valores são apresentados nos gráficos que acompanham a análise da situação de cada município do Estado de São Paulo e



**Quadro 2**  
**Limites de corte para a definição da escala discreta do IPRS**

Dimensão		1997	2000
Escolaridade	Baixa	Até 59	Até 78
	Média	De 60 a 69	De 79 a 85
	Alta	70 e mais	86 e mais
Longevidade	Baixa	Até 59	Até 64
	Média	De 60 a 69	De 65 a 71
	Alta	70 e mais	72 e mais
Riqueza	Baixa	Até 49	Até 49
	Alta	50 e mais	50 e mais

**Fonte:** Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

**Nota:** Em 1992, utilizaram-se os mesmos limites adotados em 1997.

foi a partir de sua ordenação que se obtiveram os *rankings* refe-  
ridos às três dimensões do IPRS, também citados nas análises.

Além de sintetizarem a situação de cada município no que diz  
respeito a riqueza, escolaridade e longevidade, tais indicadores  
foram empregados para a construção de grupos homogêneos de  
municípios, por meio da aplicação de técnicas de análise  
multivariada. Para simplificar a utilização de tais técnicas, as es-  
calas contínuas obtidas foram transformadas em escalas discre-  
tas, isto é, em vez de se trabalhar com uma escala numérica,  
considerou-se mais conveniente identificar as categorias Baixa,  
Média e Alta (no caso do indicador de riqueza municipal, defini-  
ram-se apenas as categorias Baixa e Alta), por meio do estabele-  
cimento de parâmetros ou limites de corte na escala original. Os  
limites das categorias adotados para cada dimensão do IPRS es-  
tão descritos no Quadro 2.

Note-se que, em 2000, os limites de corte são maiores que os  
adotados em 1997, nos casos das dimensões longevidade e, prin-  
cipalmente, escolaridade. Tal opção – que pode dificultar análi-  
ses comparativas entre os grupos mas não entre os municípios –  
deveu-se ao fato de que, nessas duas dimensões – em especial na  
de escolaridade –, os progressos verificados em praticamente todos  
os municípios paulistas foram tão acentuados que os limites  
adotados em 1997 mostraram-se incapazes de diferenciar aque-  
les grupos.

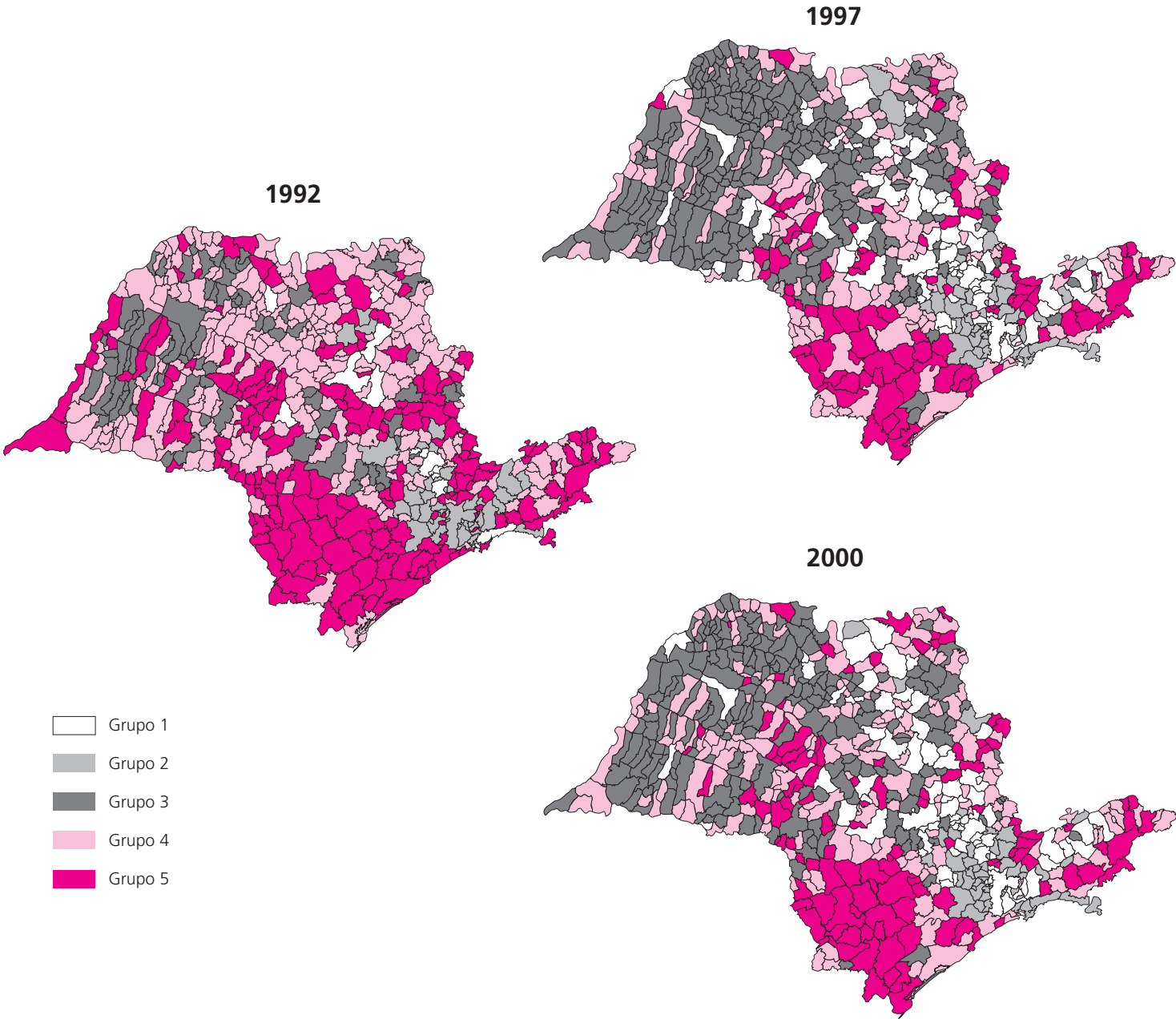
A partir das combinações das escalas das três dimensões, reali-  
zadas por análise multivariada, identificaram-se cinco agrupamen-

tos de municípios, apresentados no Mapa 1, cuja descrição geral,  
empregando-se os resultados de 2000, é apresentada a seguir:

**Grupo 1** – incorpora os municípios localizados ao longo dos  
principais eixos rodoviários do Estado (Vias Anhangüera e Presi-  
dente Dutra), que se interceptam no município de São Paulo. Os  
81 municípios que compõem este grupo abrigam 23 milhões de  
habitantes, ou 62% da população estadual, tornando-o o maior  
dos cinco grupos em população. Fazem parte dele os grandes  
municípios paulistas (São Paulo, Campinas, Santos, Ribeirão Preto  
e os municípios do ABC), além de outros com importante dimen-  
são econômica (Araçatuba, Araraquara, Barretos, Bauru,  
Jaboticabal, Jundiaí, São Carlos, etc.). Os municípios deste grupo  
associam um nível elevado de riqueza com bons níveis nos indica-  
dores sociais, embora deva-se ressaltar que, sobretudo nos maio-  
res, existem extremas desigualdades nas condições de vida de suas  
populações que não são perceptíveis nos indicadores municipais  
agregados. Para superar essa limitação do IPRS, a Fundação Seade  
apresentou um estudo, também encomendado pela Assembléia  
Legislativa de São Paulo, que visa revelar as desigualdades existen-  
tes no interior da Região Administrativa de Campinas.

**Grupo 2** – corresponde aos municípios que, embora com  
níveis de riqueza elevados, não são capazes de atingir bons indi-  
cadores sociais. São basicamente aqueles situados nas áreas me-  
tropolitanas do Estado e em seu entorno. Este grupo inclui ape-  
nas 48 municípios que abrigam pouco mais de 5 milhões de  
habitantes. Ainda que sejam poucos, os municípios deste grupo

**Mapa 1**  
**Municípios Paulistas, segundo os Grupos do IPRS**  
**1992-2000**



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

podem ser divididos em, pelo menos, três categorias, tal como observado em 1997: os industriais – como Mauá, Cubatão, Diadema e Guarulhos; os que abrigam condomínios de alto padrão – como Barueri, Cotia e Itapeverica da Serra; e os turísticos, como Atibaia, Campos do Jordão, Guarujá, Ibiúna e Ilhabela. Em todos eles, por distintos processos de formação, constituíram-se estruturas heterogêneas, convivendo níveis elevados de riqueza municipal com uma situação social inadequada. Porém, diferentemente do Grupo 1, o IPRS foi sensível o suficiente para detectá-la.

**Grupo 3** – caracteriza-se pela presença de municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões, abrangendo a maioria daqueles localizados no norte e no oeste paulista. Este grupo engloba 211 municípios onde habitam 3,5 milhões de pessoas. O porte médio dos municípios que o compõem (16,7 mil habitantes) é o menor entre os cinco grupos, o que demonstra a alta frequência de pequenos municípios neste agrupamento, embora haja alguns atípicos, como Franca e Santa Bárbara d'Oeste.

**Grupo 4** – agrega os municípios com nível de riqueza baixo, mas com níveis médios de longevidade e conhecimento. É composto por vários municípios dispersos no oeste paulista e se concentra no centro e na fronteira nordeste do Estado, no Vale do Paraíba e no entorno do Vale do Ribeira. Incluem-se, neste grupo, 191 municípios onde habitam 3,5 milhões de pessoas. Também neste caso, com exceção de Ferraz de Vasconcelos e São Vicente, entre outros, predominam municípios de pequeno porte, em geral localizados em regiões tradicionalmente consideradas problemáticas.

**Grupo 5** – é composto pelos municípios em pior situação no IPRS, está fortemente concentrado no Vale do Ribeira, mas inclui também municípios localizados na zona serrana do Vale do Paraíba e na região central do Estado, num total de 114 municípios, onde vivem apenas 2 milhões de pessoas. Com poucas exceções, os municípios são de pequeno porte (seu porte médio é de 17,3 mil habitantes), localizados nas áreas marcadas tradicionalmente pela pobreza e incapacidade local em lograr avanços socioeconômicos significativos.

Obteve-se assim um retrato do Estado de São Paulo, em que se destaca a grande heterogeneidade regional. Existem dois eixos que acompanham as principais rodovias do Estado e se interceptam no município de São Paulo, concentrando os municípios mais bem posicionados nas três dimensões do IPRS. Os entornos metropolitanos de São Paulo, Campinas e Baixada Santista caracterizam-se por municípios que, mesmo com bons indicadores de riqueza, abrigam populações com níveis de longevidade e escolaridade sofríveis. O oeste paulista concentra municípios pequenos

e com baixos níveis de riqueza, mas cujas populações possuem bons indicadores sociais. Alguns municípios localizados nos bolsões de pobreza do Vale do Ribeira e das Serras do Mar e da Mantiqueira vêm conseguindo melhorar seus indicadores sociais, mas outros mantêm-se na lógica perversa da pobreza.

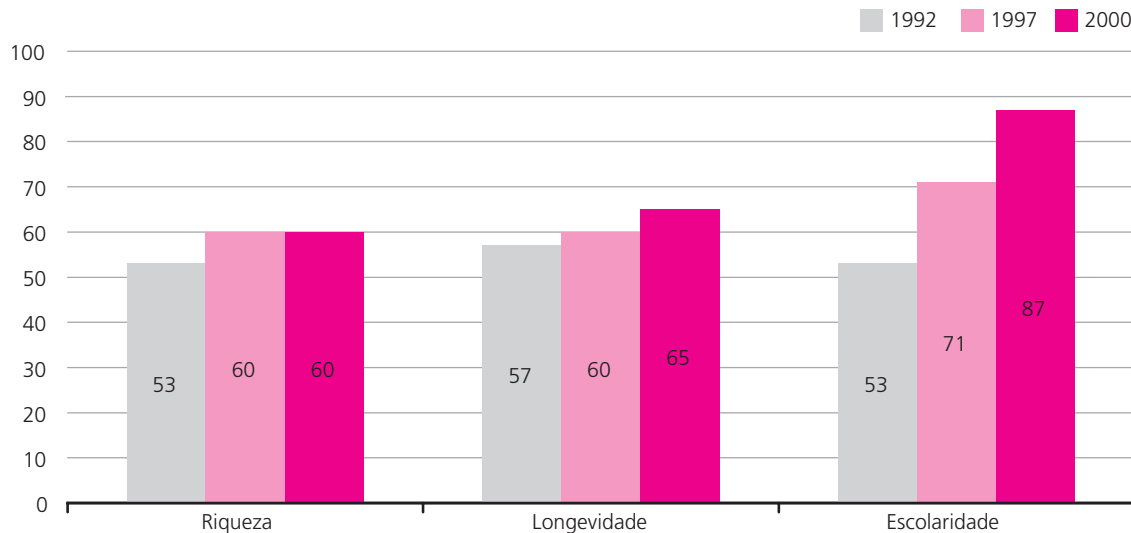
O que se viu em São Paulo, ao longo dos últimos anos, foram tímidas variações do nível da atividade econômica – refletidas na estabilidade dos indicadores de riqueza municipal –, acompanhada de progressos importantes nas condições sociais incluídas no IPRS, como atestam o crescimento do indicador de longevidade e o significativo avanço do indicador de escolaridade. Isso demonstra que, caso fosse considerado apenas o indicador de riqueza para avaliar a situação dos municípios paulistas, o diagnóstico limitar-se-ia a destacar uma virtual estagnação econômica do Estado, deixando de identificar os progressos em sua dimensão social.

Tal descompasso entre o comportamento da economia paulista e o dos indicadores sociais mostra que foi possível obter avanços neste último campo, a partir da implementação de políticas públicas adequadas, mesmo em situação econômica desfavorável. Este mesmo descompasso pode levar a alguma perplexidade quanto aos resultados revelados pelo IPRS, uma vez que o baixo dinamismo econômico atinge de forma mais imediata a situação corrente das famílias, seja pelas dificuldades de inserção profissional, seja pela estagnação ou queda de seu rendimento real e de seus níveis de consumo. O que o IPRS revela é que, mesmo com essas ocorrências negativas, as famílias conseguiram inserir e manter seus filhos no sistema educacional e passaram a dispor de melhores condições de saúde, que se refletiram especialmente na redução da mortalidade infantil.

Para facilitar o manuseio das informações e a comparação intermunicipal, os resultados do IPRS foram agrupados segundo as 15 regiões administrativas do Estado de São Paulo. Cada região é apresentada em volume próprio, contendo, além desta apresentação geral, uma análise agregada do IPRS para o Estado de São Paulo e suas regiões administrativas, uma análise da região específica em seu conjunto e uma para cada um dos municípios que a compõem. O 16º volume reúne uma síntese de todas as regiões. Tendo em vista as dificuldades de comparação dos grupos de municípios, diante da mudança dos limites de corte anteriormente mencionada, estas análises privilegiam as comparações intermunicipais, que não foram afetadas por aquela mudança, destacando os indicadores originais utilizados para a construção do IPRS de modo a simplificar sua apreensão.

Espera-se assim oferecer à sociedade paulista e aos administradores municipais um instrumento que permita avaliar os re-

**Gráfico 1**  
**Dimensões do IPRS**  
**Estado de São Paulo**  
**1992-2000**



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

sultados da ação governamental ao longo dos últimos três anos, contribuindo para o importante debate sobre os fatores que, de fato, conduzem ao desenvolvimento. Quanto mais se puder compreender o funcionamento e o impacto desses fatores, mais eficazes serão as políticas públicas destinadas a promover o desenvolvimento humano.

teve trajetória de crescimento ao longo dos dois períodos e a dimensão escolaridade elevou-se de forma expressiva também nos dois períodos (Gráfico 1). Assim, pode-se constatar que, mesmo em um período de relativa estabilidade de sua economia, como o de 1997 a 2000, obtiveram-se ganhos substanciais nas dimensões sociais do conjunto do Estado, especialmente na referida à escolaridade.

## O IPRS do Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo, em seu conjunto, apresentou desempenho diferenciado, segundo as dimensões do IPRS. No caso da riqueza, registrou-se aumento entre 1992 e 1997<sup>2</sup> e estabilidade no período subsequente. A dimensão longevidade man-

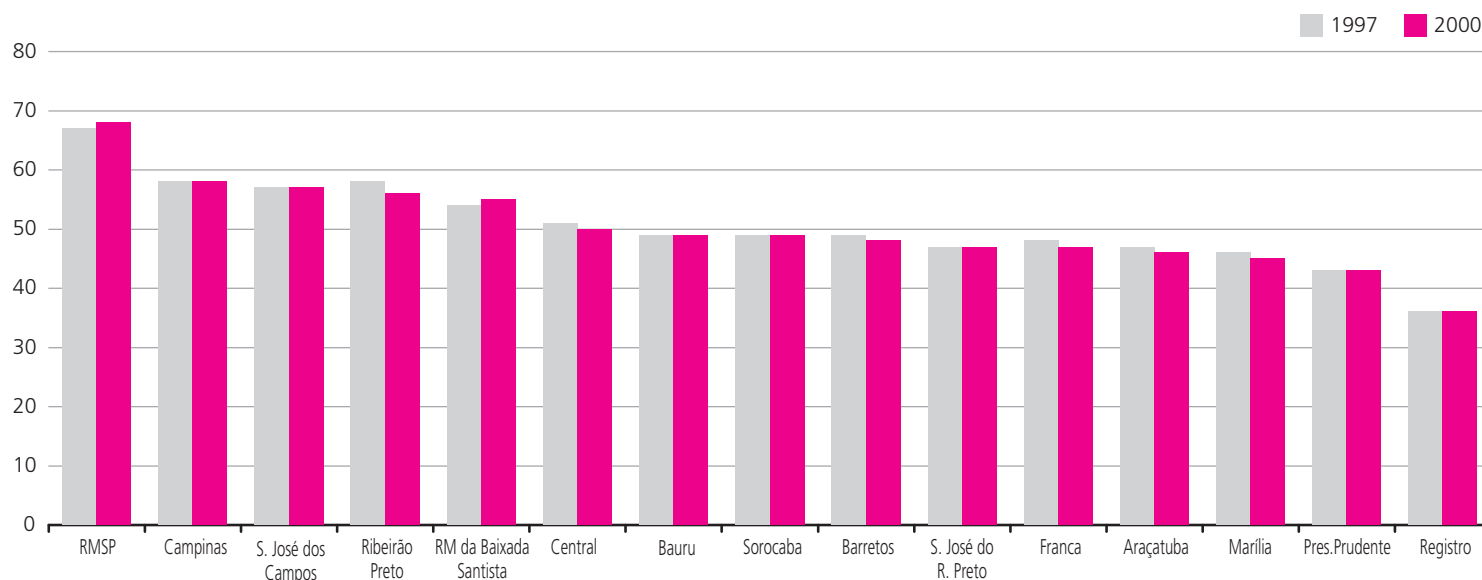
## Riqueza

Tomando-se as variáveis que compõem a dimensão riqueza do IPRS,<sup>3</sup> para o total do Estado de São Paulo, observa-se, no período 1997-2000, o seguinte comportamento:

<sup>2</sup> Os anos que aparecem nos gráficos e no texto, relacionam-se com os anos de referência do IPRS. Apenas na dimensão riqueza, esses anos coincidem com os anos de referência das variáveis originais. Na dimensão longevidade, para o IPRS-97, as taxas de mortalidade referem-se à média do período 1997-99 e, para o IPRS-2000, à do período 1999-2001. Na dimensão escolaridade, os anos de referência das variáveis originais são 1996 e 2000, respectivamente às duas edições do IPRS.

<sup>3</sup> As variáveis monetárias estão expressas em reais de 1997. O rendimento médio do setor formal foi deflacionado pelo Índice de Custo de Vida (ICV), do Dieese, e o valor adicionado fiscal pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas.

**Gráfico 2**  
**Dimensão Riqueza**  
**Regiões Administrativas do Estado de São Paulo**  
**1997-2000**



**Fonte:** Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

- o consumo anual médio de energia elétrica por ligação na agricultura e no setor terciário elevou-se de 13,8 MW para 16,3 MW;
- o consumo anual médio de energia elétrica por ligação residencial pouco se alterou, passando de 2,7 MW para 2,6 MW;
- o rendimento médio dos assalariados do setor formal diminuiu de R\$ 854 para R\$ 806;
- o valor adicionado fiscal *per capita* passou de R\$ 5.141 para R\$ 4.890.

Observam-se, assim, indicações que permitem inferir a ocorrência de um deslocamento do dinamismo econômico do Estado de São Paulo a favor dos setores primário e terciário em detrimento de seu setor industrial. Por seu turno, os indicadores associados à renda das famílias mostram a perda de seu poder de compra, no período. Como resultado desses movimentos, o indicador agregado de riqueza do Estado de São Paulo manteve-se estável entre 1997 e 2000.

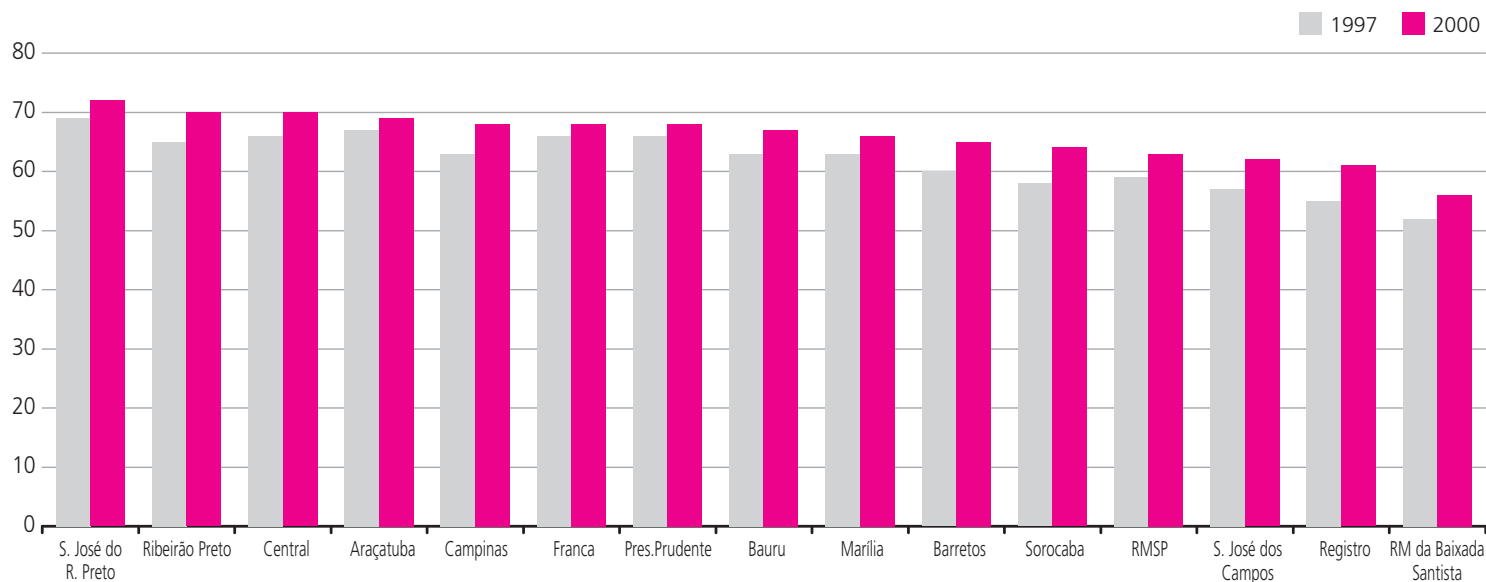
Sob a ótica regional, nota-se que apenas as Regiões Metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista ampliaram (em um

ponto) seu escore de riqueza, enquanto as demais registraram redução ou estabilidade nesta dimensão. Merece menção a Região Administrativa de Ribeirão Preto, cujo indicador de riqueza diminuiu dois pontos. Pode-se afirmar, portanto, que a relativa estabilidade da atividade econômica atingiu todas as regiões administrativas do Estado, uma vez que não foram observados movimentos muito discrepantes nesse corte regional (Gráfico 2). Tal estabilidade, por seu turno, fez com que a ordenação das regiões administrativas se mantivesse inalterada no período, com a Região Metropolitana de São Paulo obtendo o escore mais elevado nesta dimensão, seguida pelas Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto. As regiões que obtiveram os menores escores de riqueza foram, em ordem decrescente, as de Marília, Presidente Prudente e Registro.

### Longevidade

Sob a perspectiva da longevidade, o conjunto do Estado de São Paulo apresentou progressos importantes, como pode-se

**Gráfico 3**  
**Dimensão Longevidade**  
**Regiões Administrativas do Estado de São Paulo**  
**1997-2000**



**Fonte:** Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

observar pela evolução, entre 1997 e 2000, das variáveis componentes desta dimensão:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 19,2 para 16,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) também reduziu-se de 20,6 para 18,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) passou de 2,4 para 2,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas com idade superior a 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 42,7 para 39,7.

O progresso mais importante entre tais taxas foi o registrado na de mortalidade infantil, cuja redução foi de 2,4 pontos percentuais. Comparando este indicador com o de outros países da América Latina,<sup>4</sup> a taxa de mortalidade infantil paulista (16,8) é inferior à observada, em 2000, na Argentina (18) e, mais ain-

da, da registrada no México (25), mas superior à de países como o Uruguai (15) e Cuba (7). Em relação aos países europeus, o Estado de São Paulo apresenta taxa de mortalidade infantil inferior à da Rússia (18), mas muito superior à de países como Portugal (6) ou Espanha (5).

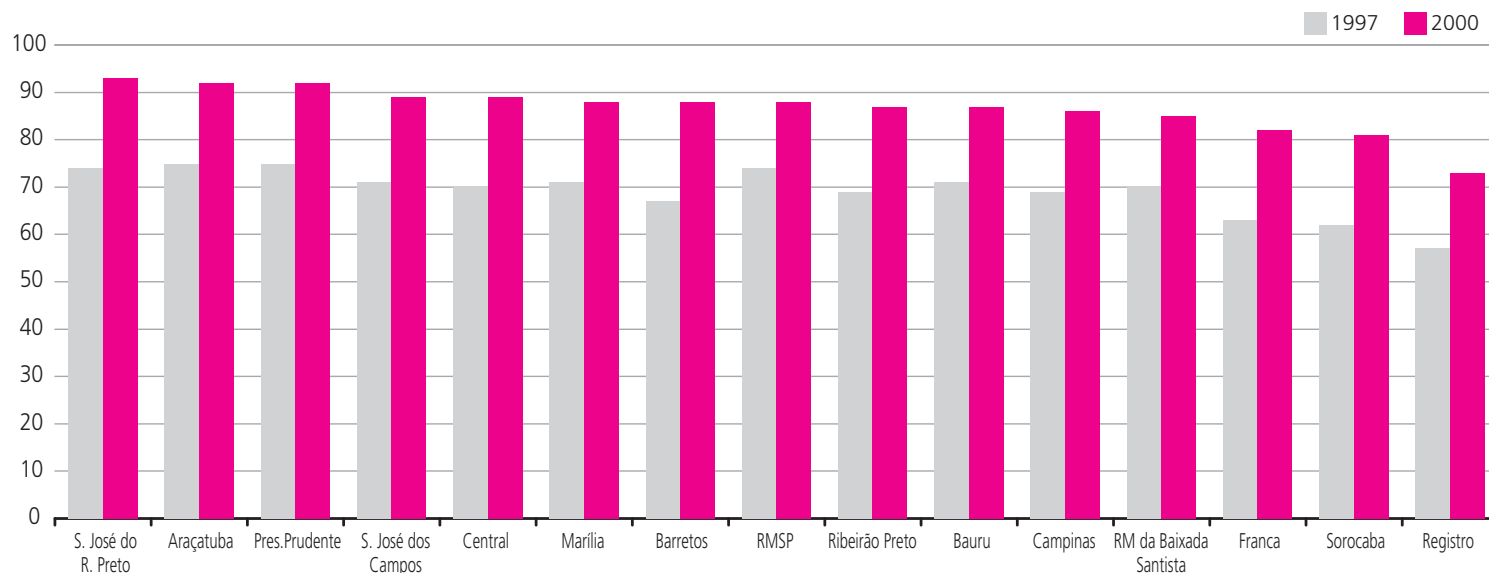
Comparando-a com a média brasileira (31,8), calculada pelo IBGE, em 1999, apenas os Estados de Rio Grande do Sul (15,1) e Santa Catarina (16,4) apresentam taxas de mortalidade infantil bem inferiores à paulista (17,9),<sup>5</sup> que se aproxima das estimadas para o Paraná (17,2) e o Espírito Santo (17,7). Nos demais Estados da Região Sudeste, essas taxas são superiores a 21 e nas demais regiões brasileiras são ainda mais elevadas: 25,1 no Centro-Oeste; 33,9 no Norte e 52,4 no Nordeste.

Sob a ótica regional (Gráfico 3), os progressos nesta dimensão foram generalizados, embora com intensidades diferentes nas di-

<sup>4</sup> Informações internacionais disponíveis em: <[http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi\\_series\\_list.asp](http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi_series_list.asp)>.

<sup>5</sup> Adotou-se a taxa de mortalidade infantil estimada pelo IBGE, em 1999 – a estatística oficial disponível mais recente – para permitir a adequada comparação do Estado de São Paulo com as outras regiões do país.

**Gráfico 4**  
**Dimensão Escolaridade**  
**Regiões Administrativas do Estado de São Paulo**  
**1997-2000**



**Fonte:** Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

versas regiões administrativas, merecendo destaque as de Registro e Sorocaba, que avançaram seis pontos em seus respectivos escores. Essa evolução diferenciada alterou a ordem das regiões segundo esta dimensão. A mais bem posicionada em 2000 era a de São José do Rio Preto, que já ocupava essa posição em 1997. As três regiões em pior situação, em 2000 – São José dos Campos, Registro e RM da Baixada Santista –, a despeito dos progressos experimentados no período, não alteraram suas classificações em relação àquelas observadas em 1997. Das que avançaram, merece destaque a região de Ribeirão Preto, que passou da sexta para a segunda posição. Em contrapartida, a de Araçatuba, que ocupava o segundo lugar, em 1997, passou para o quarto, em 2000.

### Escolaridade

No que diz respeito à dimensão escolaridade, os avanços registrados no conjunto do Estado de São Paulo foram excepcionais: o escore médio desta dimensão passou de 53, em 1992,

para 71, em 1997, e atingiu 87, em 2000 (Gráfico 4). Tal evolução pode ser mais bem apreendida pelo comportamento das variáveis componentes desta dimensão:

- a proporção de jovens de 15 a 19 anos de idade que concluíram o ensino fundamental passou de 49,1%, em 1997, para 65,6%, em 2000;
- a parcela das pessoas com 19 a 24 anos que completaram o ensino médio aumentou de 30,2% para 44,6%, no mesmo período;
- entre os indicadores de alfabetização, a proporção de pessoas com mais de um ano de estudo na faixa etária de 10 a 14 anos variou de 93,6% para 95,7%, entre 1997 e 2000, e na faixa etária de 15 a 24 anos manteve-se em 96,6%, no mesmo período;
- a participação da rede municipal na oferta de vagas para o ensino fundamental, no total da rede pública, passou de 27,2%, em 1997, para 29,2%, em 2000.

Como se nota, foram grandes os avanços observados nos indicadores de cobertura dos ensinos fundamental e médio, embora haja ainda muito a percorrer neste campo. Quanto aos indi-

cadadores de alfabetização, os níveis obtidos pelo Estado de São Paulo são elevados. Porém, a taxa de alfabetização, em 2000, na faixa etária de 15 a 24 anos, em países da América Latina,<sup>6</sup> como Argentina (98,6%), México (97,0%) e Uruguai (99,1%), é ainda ligeiramente superior à média paulista.<sup>7</sup> Quanto ao avanço da municipalização do ensino fundamental, observa-se que no conjunto do Estado este processo ainda está longe de se completar e tem se dado num ritmo ainda muito lento.

Do ponto de vista regional (Gráfico 4), todas as regiões administrativas apresentaram expressivos ganhos no indicador de escolaridade. Embora esse avanço tenha sido generalizado, chama a atenção o caso da Região Administrativa de Barretos, que elevou em 21 pontos seu escore de escolaridade. Mesmo a Região Metropolitana de São Paulo, cujo crescimento foi o menor entre as regiões do Estado, ampliou seu escore em 14 pontos.

Também neste caso, a região mais bem posicionada é a de São José do Rio Preto (ocupava o segundo posto, em 1997), seguida pelas de Araçatuba e Presidente Prudente. As regiões que se encontram nas últimas colocações (as mesmas que ocupavam em 1997) são, em ordem decrescente, as de Franca, Sorocaba e Registro.

Estes indicadores mostram que, para o conjunto do Estado de São Paulo, a despeito da relativa estabilidade da dimensão riqueza, houve expressivos progressos nas dimensões longevidade e, sobretudo, escolaridade. Esta simples constatação demonstra o acerto do paradigma do desenvolvimento humano, também adotado no IPRS, que considera insuficiente o uso exclusivo da renda como medida das condições de vida da população. Isto torna-se ainda mais evidente quando se observa a situação das diferentes regiões administrativas nas três dimensões. Ao contrário do que se poderia supor, são frequentes os casos de regiões bem posicionadas na dimensão riqueza que apresentam sofríveis indicadores em uma ou em ambas as dimensões sociais. A situação inversa também ocorre, como no caso da região de São José do Rio Preto, que ocupa a primeira posição nas dimensões longevidade e escolaridade, mas apenas a 11<sup>a</sup> na dimensão riqueza. Em outros termos, é possível afirmar, com base nestes indicadores, que, mesmo num período de relativa estagnação da economia, podem-se obter avanços sociais importantes, como os verificados no Estado de São Paulo, nos últimos anos.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	36.974.378
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	148,73
Número de Domicílios Particulares Permanentes	9.729.420
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	86,1
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	97,4
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,9
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	21,8
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,72

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

6 Informações internacionais disponíveis em: <[http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi\\_series\\_list.asp](http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi_series_list.asp)>.  
7 Observe-se que, para a ONU, uma pessoa é considerada alfabetizada se puder, com compreensão, ler e escrever um texto simples sobre sua vida cotidiana. No caso do IPRS, entende-se por alfabetizada a pessoa que possui pelo menos um ano de escolaridade formal, o que dificulta, em certa medida, as comparações com outros países.



# REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BARRETOS

## População e território

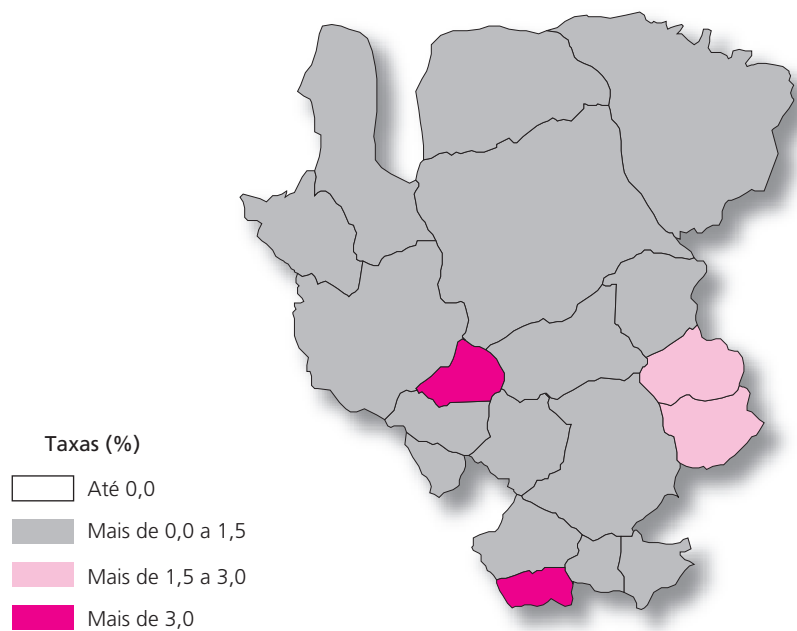
A Região Administrativa de Barretos situa-se ao norte do Estado de São Paulo e abrange 19 municípios, onde vivem aproximadamente 395 mil pessoas. O município de Barretos é a sede da região administrativa e possui 103.829 habitantes. Está localizado a 416 km da capital do Estado e a aproximadamente 100 km de centros urbanos como São José do Rio Preto e Ribeirão Preto.

Com 47,6 hab./km², a Região Administrativa de Barretos é uma das menos densamente povoadas do Estado, estando à frente somente das regiões de Araçatuba, Presidente Prudente e Registro.

Os municípios com maiores densidades demográficas são: Bebedouro (110,9 hab./km²), Severínia (102,8 hab./km²), Monte Azul Paulista (74,0 hab./km²), Viradouro (71,8 hab./km²) e Barretos (66,1 hab./km²). A concentração demográfica é extremamente baixa em Guaraci (13,7 hab./km²), Altair (10,4 hab./km²) e Colômbia (8,2 hab./km²).

Os municípios de Vista Alegre do Alto, com 4.742 habitantes e uma densidade populacional de 50,5 hab./km², e de Taiaçu, com 5.613 habitantes e 52 hab./km², são os que apontam o melhor conjunto de indicadores de saneamento: 100% das unidades residenciais abastecidas por água e atendidas pela coleta de lixo e em 100% e 99,8% delas (respectivamente, para cada

Taxa Anual de Crescimento Populacional, por Município  
RA de Barretos  
1991/2000



Fonte: Fundação Seade.

município) há captação de esgoto. Nos demais municípios, a cobertura do abastecimento de água varia entre 93,0%, em Terra Roxa, e 99,7%, em Bebedouro; a da coleta de esgoto varia entre 84,5%, em Altair, e 100%, em Severínia; e a da coleta de lixo é menor em Colômbia (93,7%) e mais alta em Jaborandi e Pirangi (100%). Embaúba, com 2.477 habitantes, é o único município com indicador preocupante quanto à captação de esgoto: há coleta em apenas 5,0% dos domicílios.<sup>8</sup> Felizmente, municípios de maior porte, como Barretos e Bebedouro, além de coletar, têm-se esforçado em cuidar do tratamento de esgoto, já que a captação é somente uma das atividades que favorece a conservação dos recursos hídricos de uma região.

Na última década, a população dessa região administrativa cresceu 1,13% a.a., ritmo inferior ao do crescimento vegetativo do Estado. Foi uma das regiões no Estado que menos cresceu, estando a frente somente das de Araçatuba e Presidente Prudente. Os municípios que mais se destacaram em termos populacionais, entre 1991 e 2000, foram Vista Alegre do Alto (3,1% a.a.), Severínia (3,2% a.a.), e Viradouro (2,2% a.a.). Durante esse período, Barretos, Cajobi, Embaúba, Jaborandi, Olímpia, Pirangi e Taiúva cresceram apenas 1% ao ano. Altair, Bebedouro, Colômbia, Guairá, Guaraci, Monte Azul Paulista e Taiacu ampliaram a população a uma taxa que variou entre 1,0% e 1,5% ao ano.

## Economia

As lavouras de cana-de-açúcar e a indústria sucroalcooleira, a produção e industrialização de suco de laranja e a criação de gado de corte e leite são as atividades econômicas de maior destaque na região. O município de Barretos já foi conhecido por abrigar a maior concentração de abatedouros e frigoríficos do Estado e, ainda hoje, são expressivas as atividades vinculadas à pecuária, de corte e leite. Atualmente, Barretos e Bebedouro são importantes municípios produtores e exportadores de frutas cítricas, cultura também presente nos demais municípios da região, ao lado da produção de açúcar e álcool.

A agropecuária é o setor que mais emprega em municípios como Altair, Colômbia, Guaraci, Monte Azul Paulista e Severínia. Entretanto, as atividades agrícolas acabam gerando ou atraindo outros empreendimentos, como indústrias de fertilizantes, comercialização de produtos agrícolas, prestação de serviços li-

gados à citricultura, ao desenvolvimento de lavouras orgânicas, à criação de gado e ao melhoramento genético. Em municípios como Barretos, Bebedouro, Olímpia e Viradouro, o maior número de trabalhadores formais encontra-se no setor de serviços.

O município de Barretos também é conhecido pela “Festa do Peão de Boiadeiro”, evento que reúne uma vez ao ano perto de 800 mil visitantes. A festa acontece desde 1965 e também oferece importante incentivo para diversos negócios na economia local. Como capital cultural e comercial da região, Barretos abriga duas faculdades particulares de ensino superior e algumas escolas técnicas de segundo grau, e é um centro regional em expansão.

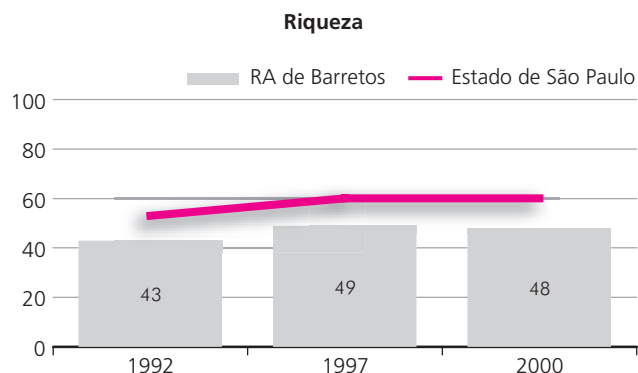
Entre 1996 e 2002, o total de investimentos anunciados para a região administrativa foi de US\$ 196,9 milhões. Desse total, 29% (US\$ 57,2 milhões) foram destinados ao setor industrial, com destaque para a indústria de alimentos e bebidas. Os investimentos anunciados para o setor de serviços totalizaram US\$ 138,1 milhões (70% do total), principalmente em atividades culturais e desportivas. Os investimentos anunciados na agropecuária foram de US\$ 1,13 milhão e no comércio de US\$ 0,47 milhão.

## IPRS na Região Administrativa de Barretos

A Região Administrativa de Barretos abriga um número de municípios relativamente pequeno quando comparada às demais regiões do Estado. Isso não significa, entretanto, que suas características socioeconômicas sejam semelhantes entre si. Observa-se, pela distribuição dos municípios nos cinco grupos do IPRS, que a configuração regional é bastante variada.

No Grupo 1, que reúne os municípios com bons indicadores nas três dimensões do índice, estão classificados quatro municípios. Somente um, Colômbia, foi classificado no Grupo 2, que contém os municípios com bons indicadores de riqueza, mas indicadores socioeconômicos insatisfatórios. No Grupo 3, cuja principal característica é agregar os municípios que, mesmo não dispondo de indicador de riqueza elevado, conseguem exibir indicadores sociais satisfatórios, foram identificados cinco municípios. Nos Grupos 4 e 5, foram classificados seis e três municípios, respectivamente. Recorde-se que esses grupos agregam os municípios em piores situações de riqueza, longevidade e escolaridade: os classificados no Grupo 4 encontram-se em situação ligeiramente melhor do que os do Grupo 5, em especial quanto às dimensões longevidade e escolaridade.

<sup>8</sup> No Estado de São Paulo, o abastecimento de água atende a 97,4% das unidades residenciais, a coleta de esgoto, a 86,1%, e a coleta de lixo abrange 98,9% dos domicílios.



O indicador agregado de riqueza revela que, tal como para o conjunto do Estado, a Região Administrativa de Barretos cresceu nessa dimensão entre 1992 e 1997,<sup>9</sup> mas decresceu ligeiramente no período recente. Apenas oito de seus municípios, dentre eles Barretos, apresentaram pequeno aumento desse indicador. Mesmo assim, alguns apontaram níveis de riqueza muito abaixo da média estadual, como Embaúba e Cajobi (34). Os municípios de Bebedouro, Olímpia e Terra Roxa não registraram variação desse indicador e os demais denotaram redução na dimensão riqueza, como Guaira, Guaraci e Monte Azul Paulista.

Na região, verificou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem esta dimensão, entre 1997 e 2000:

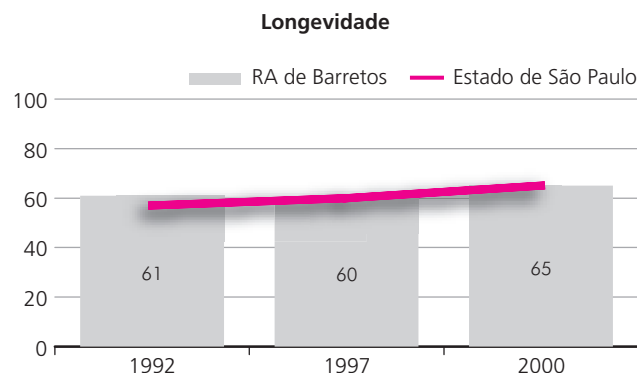
- o consumo anual de energia elétrica por ligação na agricultura, no comércio e nos serviços passou de 11,8 MW para 12,9 MW, enquanto a média do Estado foi de 16,3 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se estabilizado em 2,3 MW, pouco abaixo da média estadual (2,6 MW);
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 513 para R\$ 446, bem inferior à média do Estado que foi de R\$ 806;
- o valor adicionado fiscal *per capita* aumentou de R\$ 3.668 para R\$ 3.906, enquanto a média do Estado era de R\$ 4.890.

Nota-se que houve importante crescimento do consumo de energia elétrica nos setores primário e terciário e do valor adicio-

nado fiscal *per capita*, este último associado ao desempenho do setor industrial, o que sugere o aumento de suas atividades econômicas setorialmente generalizado. Tal comportamento distingue-se do observado na maioria das regiões paulistas, onde, se houve algum crescimento da atividade econômica, foi concentrado nos setores primário e terciário. A despeito dessa aparente expansão da atividade econômica, os indicadores associados à renda e ao consumo das famílias não se elevaram. Ao contrário, o salário médio do setor formal, tal como se observou no conjunto do Estado, reduziu-se e o consumo doméstico de energia elétrica estabilizou-se.

O indicador agregado de longevidade também mostrou-se crescente ao longo de todo o período em análise e seu patamar encontra-se igual ao do conjunto do Estado (65). Quase todos os municípios da região ampliaram seus escores de longevidade, com exceção de seis, que os reduziram, e de apenas um que o manteve estabilizado. Os indicadores de longevidade dos municípios da Região Administrativa de Barretos podem ser considerados razoáveis, já que 11 dos 19 municípios encontram-se em patamares acima da média estadual. O valor mais baixo (57) pertence a Barretos. Em contraste, Vista Alegre do Alto (84), Cajobi (78) e Pirangi (77) estão entre os municípios mais bem posicionados nessa escala.<sup>10</sup>

Na região, observou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão longevidade, entre 1997 e 2000:



<sup>9</sup> Os anos que aparecem nos gráficos e no texto relacionam-se com os anos de referência do IPRS. Apenas na dimensão riqueza, esses anos coincidem com aqueles de referência das variáveis originais. Na dimensão longevidade, para o IPRS-92, as taxas de mortalidade referem-se à média do período 1993-95, para o IPRS-97 à do período 1997-99 e, para o IPRS-2000 à do período 1999-01. Na dimensão escolaridade, os anos de referência das variáveis originais são 1996 e 2000, respectivamente às duas edições do IPRS.

<sup>10</sup> O indicador de longevidade, construído a partir de diferentes taxas de mortalidade, é sujeito a grande variabilidade nos municípios de pequeno porte, razão pela qual as taxas de mortalidade utilizadas correspondem à média de três anos, conforme a nota anterior. Mesmo utilizando esse critério, o indicador e as variáveis que o compõem não estão totalmente isentos desse problema, o que implica a necessidade de ser analisado com cuidado, em especial nos pequenos municípios.

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 22,0 para 17,7; a média do Estado foi de 16,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) passou de 22,0 para 19,2 e a média do Estado foi de 18,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 1,8 para 1,7, enquanto a média do Estado correspondeu a 2,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) decresceu de 43,2 para 40,6; a média do Estado foi de 39,7.

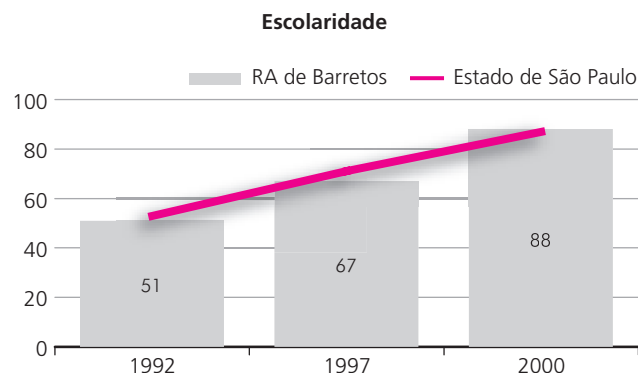
Houve, portanto, redução de todas as taxas de mortalidade no conjunto da região, embora em alguns municípios elas tenham se elevado. De forma geral, seus patamares médios superaram os registrados no conjunto do Estado, com exceção da taxa de mortalidade de jovens e adultos.

Na dimensão escolaridade, a Região Administrativa de Barretos situa-se em nível ligeiramente superior ao do conjunto do Estado. Apesar de todas as regiões administrativas do Estado apresentarem expressivos ganhos nesse indicador, o caso da Região Administrativa de Barretos certamente se destaca, pois elevou em 21 pontos seu resultado. Os municípios de Taiúva, Bededouro e Barretos são os mais bem posicionados nessa escala (seus escores foram de, respectivamente, 94, 91 e 92, em 2000) e somente outros dois municípios, Olímpia e Pirangi, superaram a média estadual (87). Os demais apresentam valores entre 86, como Guaíra, e 68, como Colômbia.

Na região, observou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão escolaridade, entre 1997 e 2000:

- a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental aumentou de 47,7% para 66,3%; a média do Estado foi de 65,6%;
- a parcela de jovens de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio passou de 25,8% para 42,1%, correspondendo a média do Estado a 44,6%;
- a proporção de pessoas entre 10 e 14 anos com mais de um ano de estudo variou de 93,1% para 96,7%, enquanto a média do Estado foi de 95,7%;
- a proporção de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo passou de 95,7% para 97,0%; a média do Estado foi de 96,6%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública cresceu de 34,4% para 36,1%, sendo a média do Estado de 29,2%.

Tais informações revelam que os indicadores de cobertura do ensino fundamental e de alfabetização juvenil da Região Administrativa de Barretos superaram a média do Estado e o indicador



referente ao ensino médio é pouco inferior à média estadual. Especial destaque deve ser feito para a participação da rede municipal na oferta pública de vagas no ensino fundamental, que ultrapassa o conjunto do Estado.

Uma apreciação geral do comportamento da Região Administrativa de Barretos indica que seu desempenho econômico foi inferior ao do conjunto do Estado. Apesar de a estabilidade no consumo de energia elétrica residencial, do aumento no consumo de energia elétrica nos setores primário e terciário e no valor adicionado fiscal *per capita*, estes não foram suficientes para compensar o efeito da queda dos salários médios reais, diminuindo o escore de riqueza.

Entre os municípios que mais ampliaram o consumo de energia elétrica nos setores primário e terciário, chamam a atenção os casos de Altair e Colômbia. Já no que diz respeito ao aumento do valor adicionado fiscal *per capita*, Colina e Vista Alegre do Alto são os que mais se destacam. Quanto ao comportamento dos salários médios reais, como já se afirmou, houve redução na maioria dos municípios, mas observou-se ligeiro aumento dessa variável em Colômbia, Embaúba, Jaborandi, Taiáçu e Vista Alegre do Alto.

As variáveis de mortalidade apresentaram-se, em geral, decrescentes, mas mantiveram-se, em 2000, em patamares superiores ao do total do Estado. Apesar de serem baixas em Vista Alegre do Alto e Cajobi, por exemplo, em outros municípios seus patamares são excessivamente elevados – como a taxa de mortalidade infantil em Severínia, Jaborandi e Colômbia e a taxa de mortalidade de idosos em Altair. A taxa de mortalidade de jovens e adultos encontra-se abaixo da média estadual em todos os municípios e em Barretos ela é igual.

Por fim, a evolução do indicador de escolaridade foi claramente positiva para o conjunto da região, com progressos visíveis em todas as suas variáveis. Os avanços mais significativos foram obser-

vados na cobertura dos ensinos fundamental e médio. Parte significativa dos municípios ampliaram em mais de 20 pontos percentuais a parcela da população jovem com o ensino fundamental completo, como Vista Alegre do Alto, Taiaçu, Severínia, Jaborandi, Guaíra, Embaúba, Colômbia, Colina e Altair. Também houve significativo

crescimento na população juvenil com ensino médio completo, como em Guaraci. Quanto à participação da rede municipal na oferta de vagas do ensino fundamental, somente em nove municípios essa taxa é inferior à média estadual, chegando a ser nula em Embaúba, Guaíra, Jaborandi, Pirangi e Taiúva.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	394.835
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	47,58
Número de Domicílios Particulares Permanentes	104.098
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	97,8
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,7
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,2
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	9,2
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,68

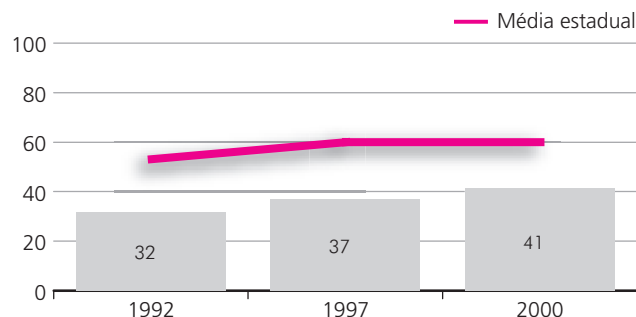
(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Altair passou para o Grupo 5, na última edição do IPRS, que reúne os municípios com níveis baixos em riqueza, longevidade e escolaridade. Em 1992 e 1997, estava no Grupo 4. Essa mudança ocorreu em função do mau desempenho da dimensão longevidade, cujo indicador decresceu.



## Riqueza: crescem os setores primário e terciário

Altair ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 387<sup>a</sup>  
2000 – 279<sup>a</sup>



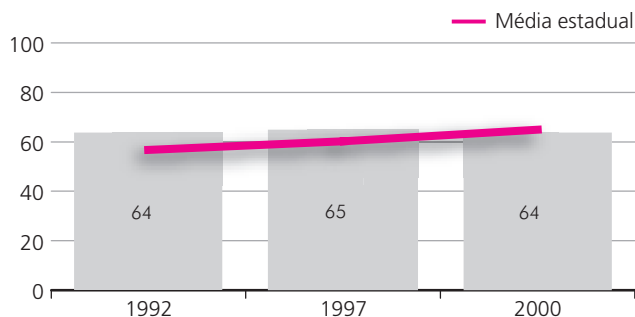
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços apresentou grande aumento, passando de 6,8 MW para 14,6 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se em 1,8 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 376 para 365;
- o valor adicionado fiscal *per capita* reduziu-se de R\$ 5.663 para R\$ 4.769.

Considerando os indicadores relacionados às atividades produtivas, verificaram-se aumento da participação dos setores primário e terciário e queda no valor adicionado fiscal *per capita*. O consumo de energia elétrica residencial manteve-se estável e o rendimento médio do emprego formal diminuiu.

## Longevidade: caem as taxas de mortalidade infantil e perinatal

Altair ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 267<sup>a</sup>  
2000 – 391<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

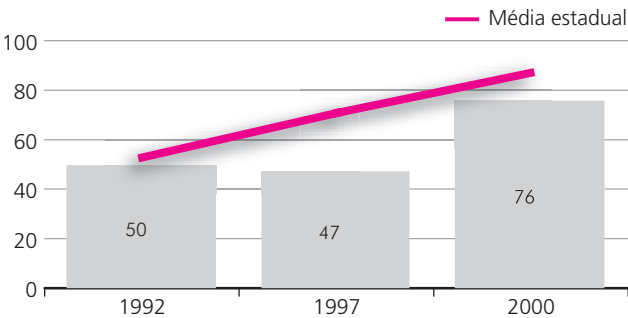
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) reduziu-se de 24,8 para 21,5;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 18,1 para 14,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) aumentou de 1,1 para 1,7;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) aumentou de 41,6 para 49,0.

Altair obteve avanços importantes nas taxas de mortalidade infantil e perinatal, embora a primeira ainda não tenha alcançado o nível registrado para o total do Estado. Nas demais taxas, houve aumentos, que acabaram determinando a queda do indicador dessa dimensão de 65 para 64.

Escolaridade: elevação em todas as variáveis

Altair ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 603ª  
2000 – 464ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental passou de 35,8% para 61,6%;
- a parcela de pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio aumentou de 14,4% para 32,2%;
- elevou-se de 91,0% para 94,0% a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 89,3% para 94,4%;
- aumentou a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública, passando de 50,5% para 53,2%.

Houve elevação em todas as variáveis de escolaridade, e a parcela de pessoas de 15 a 19 anos com ensino fundamental concluído foi a que mais evoluiu, aproximando-se da média estadual.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	3.527
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	10,43
Número de Domicílios Particulares Permanentes	714
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	84,5
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,8
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,4
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,0
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	10,7
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,66

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Altair apresentou crescimento no indicador riqueza, graças ao ótimo desempenho dos setores primário e terciário da atividade econômica. Em longevidade registrou pequeno decréscimo, passando a ser classificado como de nível baixo, sendo que, em 1997, era considerado de nível médio. Em escolaridade, houve progressos em todas as variáveis, mas o município ainda não atingiu os níveis médios estaduais.

Ranking 2000

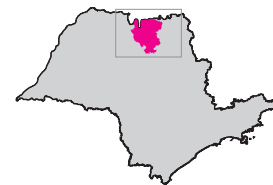
279ª Riqueza

391ª Longevidade

464ª Escolaridade

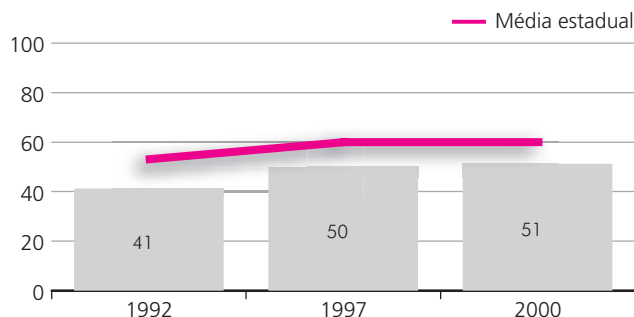
## BARRETOS

Barretos manteve-se no Grupo 1, nas duas últimas edições do IPRS, que reúne os municípios com altos níveis de riqueza, escolaridade e/ou longevidade. Da primeira à última edição, o município evoluiu significativamente, pois, em 1992, estava no Grupo 5. Embora sua situação na dimensão longevidade não esteja entre as melhores do Estado, obteve importantes avanços, com reduções em todas as taxas de mortalidade.



### Riqueza: aumento do valor adicionado fiscal

Barretos ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 133<sup>a</sup>  
2000 – 110<sup>a</sup>



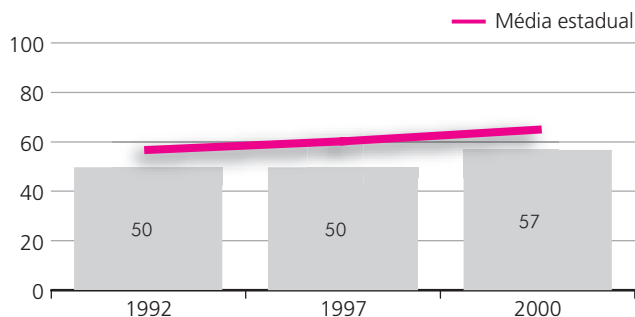
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou, passando de 12,4 MW para 14,3 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial por ligação manteve-se em 2,4 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 493 para R\$ 465;
- o valor adicionado fiscal *per capita* aumentou de R\$ 2.520 para R\$ 3.074.

Os resultados registraram desempenhos positivos do valor adicionado fiscal *per capita* e dos setores primário e terciário em Barretos. O consumo de energia elétrica residencial manteve-se estável e o rendimento médio do emprego formal diminuiu.

### Longevidade: redução de todas as taxas de mortalidade

Barretos ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 587<sup>a</sup>  
2000 – 553<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) reduziu-se de 29,4 para 22,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 26,4 para 24,1;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 2,4 para 2,2;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) caiu de 49,2 para 45,0.

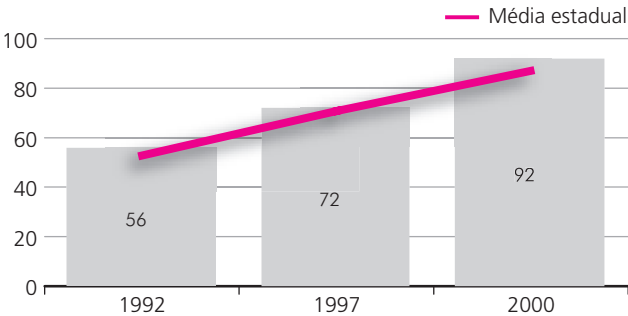
Barretos reduziu todas as taxas de mortalidade, elevando seu indicador de longevidade, embora ainda tenha apresentado, em quase todas as variáveis, níveis superiores às médias estaduais.



Escolaridade: crescimento generalizado

Barretos ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 134ª  
2000 – 68ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental passou de 50,8% para 70,7%;
- a parcela de pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio aumentou de 29,7% para 45,7%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo variou de 96,3% para 96,7%;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 96,7% para 98%;
- aumentou a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública, passando de 26,8% para 31,8%.

Além de ter registrado aumento em todas as variáveis de escolaridade, Barretos também superou os níveis médios estaduais e avançou significativamente no *ranking* dessa dimensão.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	103.829
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	66,13
Número de Domicílios Particulares Permanentes	29.047
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	97,8
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,4
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,6
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,7
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	8,1
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,66

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A condição de Barretos é bastante favorável nas dimensões riqueza e escolaridade. O indicador escolaridade elevou-se acentuadamente, chegando a resultados superiores às médias estaduais. Mesmo apresentando progressos na dimensão longevidade, suas taxas de mortalidade continuam acima da média do Estado.

Ranking 2000

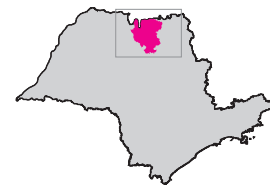
110ª Riqueza

553ª Longevidade

68ª Escolaridade

## BEBEDOURO

Bebedouro manteve-se no Grupo 1 nas duas últimas edições do IPRS. Este grupo reúne os municípios com altos níveis de riqueza, escolaridade e/ou longevidade. Mesmo com desempenho discreto na dimensão riqueza, o município avançou de forma expressiva em longevidade e escolaridade.

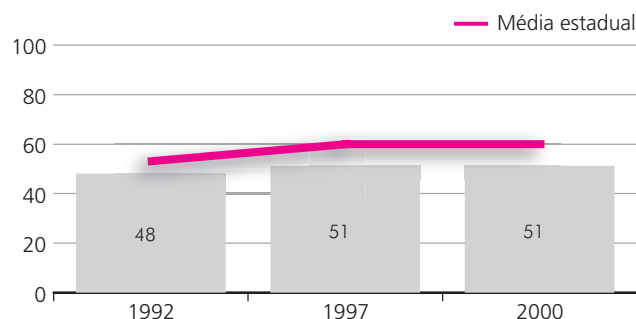


### Riqueza: aumento significativo no valor adicionado fiscal

Bebedouro ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 115<sup>a</sup>

2000 – 115<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 14,0 MW para 15,1 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial por ligação manteve-se em 2,4 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 568 para R\$ 452;
- o valor adicionado fiscal *per capita* teve crescimento significativo, passando de R\$ 2.896 para R\$ 3.972.

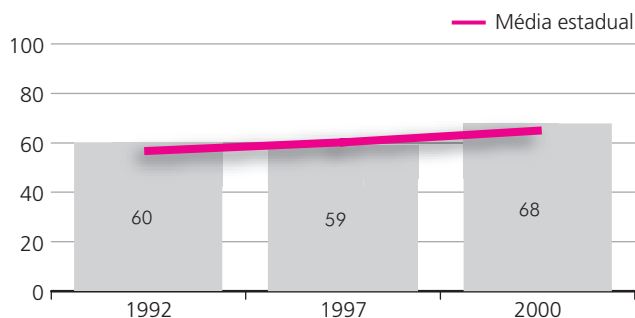
O valor adicionado fiscal *per capita* aumentou em Bebedouro, assim como as atividades dos setores primário e terciário. No entanto, a renda média do emprego formal diminuiu bastante, compensando os crescimentos nos setores produtivos e mantendo o indicador de riqueza em 51.

### Longevidade: redução de todas as taxas de mortalidade

Bebedouro ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 439<sup>a</sup>

2000 – 292<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

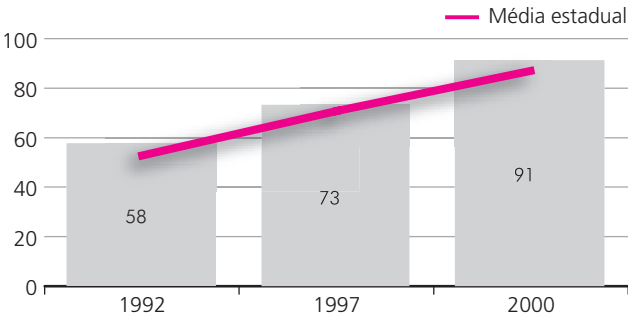
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) reduziu-se de 20,0 para 14,3;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 23,9 para 17,9;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) caiu de 2,3 para 1,8;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) oscilou de 40,9 para 38,9.

Bebedouro reduziu todas as taxas de mortalidade avaliadas nesta dimensão. Os resultados mais significativos foram registrados nas taxas de mortalidade infantil e perinatal, cujas reduções chegaram a quase 6 pontos em cada uma. Tal desempenho permitiu a Bebedouro ganhar muitas posições no *ranking* desta dimensão.

Escolaridade: melhoram a cobertura educacional e a alfabetização

Bebedouro ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 112<sup>a</sup>  
2000 – 90<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental passou de 53,4% para 67,1%;
- a parcela de pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio aumentou de 30,0% para 48,0%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo elevou-se de 93,7% para 97,5%;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo cresceu de 96,7% para 97,1%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública permaneceu praticamente estável, variando de 28,7% para 28,5%.

Houve elevação em quase todas as variáveis de escolaridade, destacando-se a proporção de jovens que concluíram o ensino médio. A exceção foi a municipalização do ensino fundamental, que permaneceu praticamente estável.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	74.743
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	110,89
Número de Domicílios Particulares Permanentes	19.862
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	98,9
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,7
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,8
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,7
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	8,6
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,71

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Bebedouro progrediu rapidamente nas dimensões longevidade e escolaridade. Nelas, o município apresenta níveis superiores às médias estaduais. No indicador riqueza, registrou estabilidade.

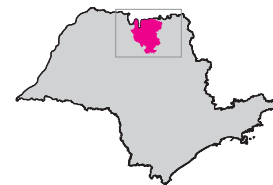
Ranking 2000

115<sup>o</sup>  
Riqueza

292<sup>o</sup>  
Longevidade

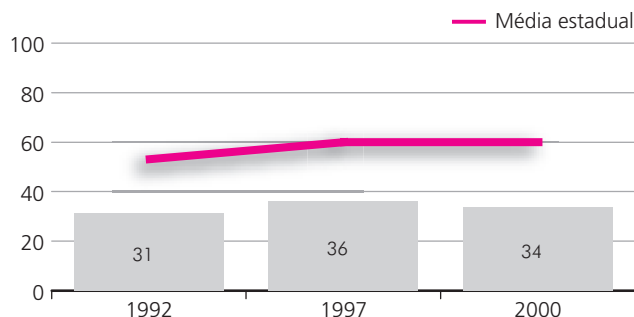
90<sup>o</sup>  
Escolaridade

Cajobi manteve-se no Grupo 3 nas duas últimas edições do IPRS, grupo de municípios com nível baixo de riqueza, mas bons indicadores de escolaridade e longevidade. Na primeira edição, pertencia ao Grupo 4. Obteve avanços expressivos nas dimensões sociais. Em longevidade, seus resultados são melhores que as médias estaduais.



### Riqueza: retração praticamente generalizada

Cajobi ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 405<sup>a</sup>  
2000 – 481<sup>a</sup>



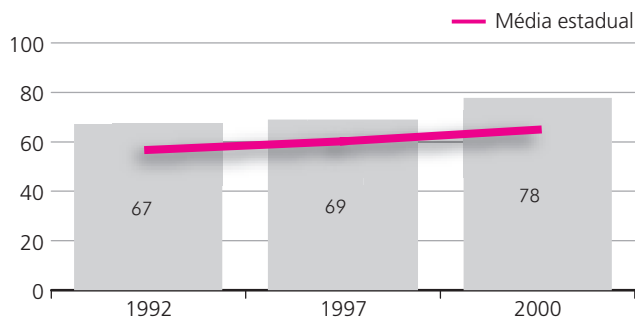
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços manteve-se em torno de 6,0 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial por ligação teve pequena redução, passando de 1,9 MW para 1,8 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 406 para R\$ 354;
- o valor adicionado fiscal *per capita* caiu de R\$ 2.168 para R\$ 1.790.

A economia de Cajobi mostrou-se retraída no período, com redução em quase todas as variáveis. Manteve estável apenas as atividades primária e secundária.

### Longevidade: diminuição de quase todas as taxas de mortalidade

Cajobi ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 170<sup>a</sup>  
2000 – 46<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

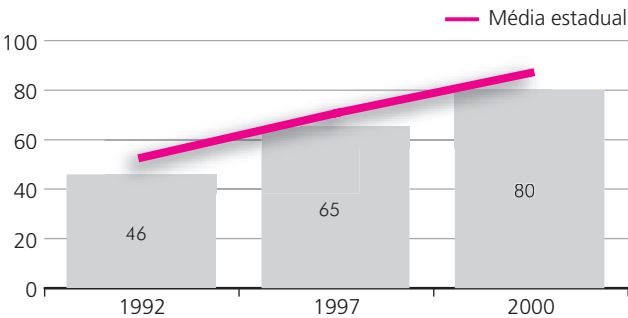
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) reduziu-se de 18,7 para 10,6;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 18,5 para 7,9;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) apresentou crescimento, passando de 1,1 para 1,7;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 38,2 para 33,1.

A redução de quase todas as taxas de mortalidade, sobretudo a infantil e a perinatal, garantiu ao município avançar muitas posições no *ranking*. Apenas na faixa de jovens e adultos houve crescimento da taxa.

Escolaridade: elevação em quase todas as variáveis

Cajobi ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 296<sup>a</sup>  
2000 – 363<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental passou de 43,3% para 58,3%;
- a parcela de pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio aumentou de 22,3% para 35,1%;
- elevou-se de 93,1% para 96,8% a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo diminuiu de 95,5% para 94,8%;
- a rede municipal mantém inteira participação no total da rede pública de ensino fundamental.

Houve elevação em quase todas as variáveis, exceto na alfabetização de pessoas de 15 a 24 anos. Na rede pública de ensino fundamental, a municipalização permanece absoluta.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	9.170
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	50,38
Número de Domicílios Particulares Permanentes	2.361
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,2
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,6
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,8
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	9,3
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,67

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A situação de Cajobi não é muito satisfatória na dimensão riqueza. Nos indicadores sociais os resultados foram positivos, principalmente em longevidade, que superou os níveis médios estaduais.

Ranking 2000

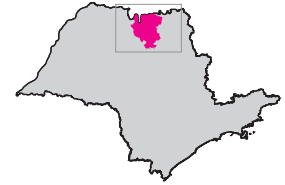
481<sup>o</sup>  
Riqueza

46<sup>o</sup>  
Longevidade

363<sup>o</sup>  
Escolaridade

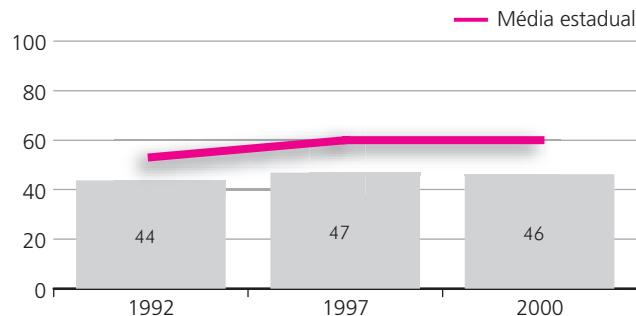
## COLINA

Colina pertencia ao Grupo 5, em 1992, e nas duas últimas edições do IPRS manteve-se no Grupo 4, que reúne os municípios com nível de riqueza baixo e indicadores intermediários de longevidade e/ou escolaridade. Só conseguiu avançar algumas posições no *ranking* da dimensão escolaridade.



### Riqueza: redução no rendimento médio do emprego formal

Colina ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 184<sup>a</sup>  
2000 – 185<sup>a</sup>



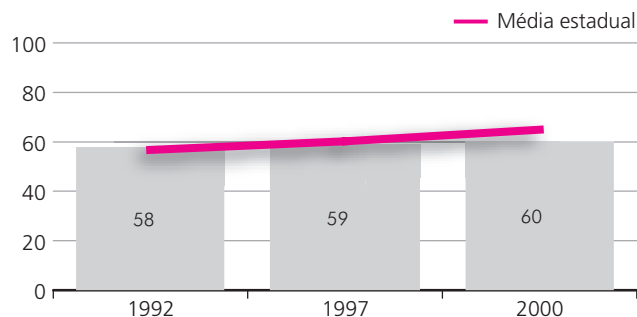
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços manteve-se em torno de 13,0 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial, por ligação, variou de 2,0 MW para 2,1 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 553 para R\$ 426;
- o valor adicionado fiscal *per capita* aumentou de R\$ 4.379 para R\$ 6.758.

O consumo de energia elétrica residencial e das atividades primária e terciária manteve-se praticamente estável. O valor adicionado fiscal *per capita* aumentou consideravelmente, enquanto o rendimento médio do emprego formal diminuiu.

### Longevidade: aumento da mortalidade infantil e redução da perinatal

Colina ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 429<sup>a</sup>  
2000 – 505<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

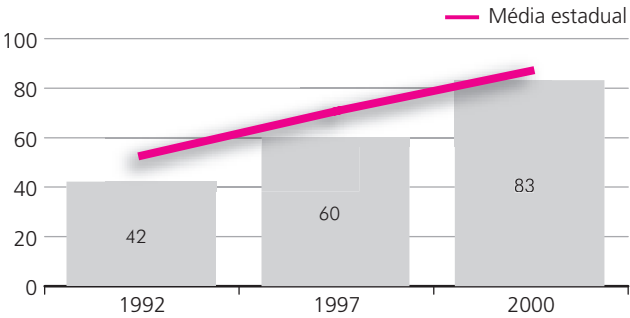
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 20,4 para 26,7;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 29,0 para 21,4;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 a 39 anos (por mil habitantes) apresentou ligeiro crescimento, de 1,3 para 2,1;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 42,6 para 38,8.

Colina não apresentou muitos avanços nesta dimensão. A mortalidade infantil cresceu 6 pontos, além do aumento do número de óbitos entre pessoas de 15 a 39 anos. Houve redução na taxa de mortalidade dos idosos, que ficou abaixo da média estadual, e na de mortalidade perinatal, a mais significativa.

Escolaridade: elevação de todas as variáveis

Colina ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 412<sup>a</sup>  
2000 – 293<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental passou de 44,3% para 71,4%;
- a parcela de pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio aumentou de 23,6% para 31,7%;
- elevou-se de 91,8% para 93,4% a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 93,2% para 98,2%;
- a rede municipal aumentou de 18,1% para 21,4% sua participação no total da rede pública de ensino fundamental.

Houve elevação em todos os componentes do indicador. O maior aumento foi registrado na variável de conclusão do ensino fundamental, na faixa etária de 15 a 19 anos.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	16.656
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	41,23
Número de Domicílios Particulares Permanentes	4.240
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	97,5
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	100,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,1
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	8,4
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,68

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A situação de Colina não é muito satisfatória, sobretudo nas dimensões riqueza e longevidade. Seu melhor desempenho ocorreu na dimensão escolaridade, a única em que avançou no *ranking*. O município encontra-se abaixo da média do Estado nas três dimensões analisadas.

Ranking 2000

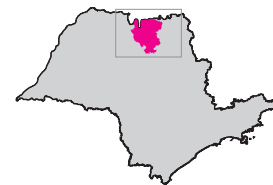
185<sup>o</sup>  
Riqueza

505<sup>o</sup>  
Longevidade

293<sup>o</sup>  
Escolaridade

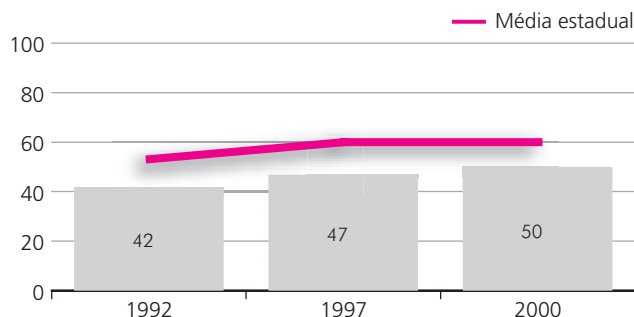
## COLÔMBIA

Na última edição do IPRS, Colômbia passou a pertencer ao Grupo 2, composto por municípios com níveis de riqueza elevados e indicadores sociais não muito satisfatórios. Nas edições anteriores manteve-se no Grupo 4. Seus indicadores das três dimensões do IPRS elevaram-se, o que explica a passagem para o Grupo 2.



### Riqueza: aumento dos setores primário e terciário

Colômbia ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 168ª  
2000 – 127ª



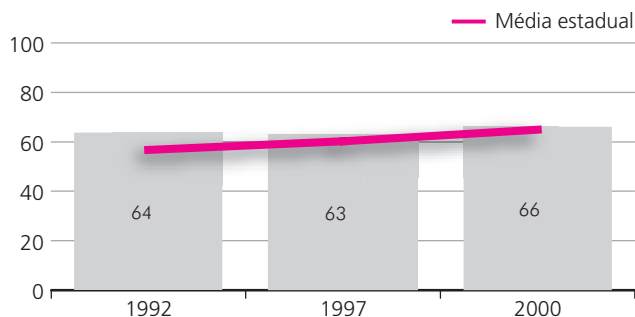
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 27,2 MW para 32,7 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial ficou praticamente estável em 2,0 MW;
- o rendimento médio do emprego formal cresceu de R\$ 395 para R\$ 426;
- o valor adicionado fiscal *per capita* sofreu ligeira diminuição de R\$ 5.461 para R\$ 5.428.

Colômbia avançou em alguns componentes dessa dimensão. Os aumentos ocorreram nas atividades primária e terciária e na média salarial. O consumo de energia elétrica residencial manteve-se estável, assim como o valor adicionado fiscal *per capita*, cuja queda pode ser considerada irrelevante.

### Longevidade: redução da taxa de mortalidade

Colômbia ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 329ª  
2000 – 358ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 33,0 para 29,0;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) reduziu-se de 19,1 para 17,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 1,0 para 1,2;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 37,2 para 36,0.

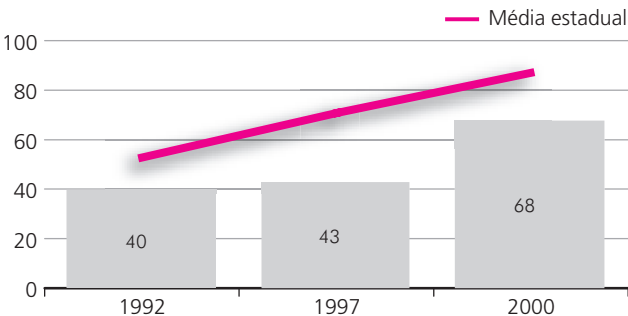
Todas as taxas de mortalidade diminuíram, exceto a de pessoas entre 15 e 39 anos, cuja variação foi pequena. Embora não tenha progredido no *ranking*, seu indicador de longevidade elevou-se.



Escolaridade: bom desempenho

Colômbia ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 627<sup>a</sup>  
2000 – 589<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental passou de 22,3% para 54,2%;
- a parcela de pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio aumentou de 16,0% para 18,1%;
- elevou-se de 86,5% para 96,6% a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 92,2% para 94,8%;
- a rede municipal diminuiu sua participação no total da rede pública de ensino fundamental, de 46,8% para 45,0%.

O bom desempenho de todas as variáveis dessa dimensão levou Colômbia a ganhar algumas posições no *ranking*. Apenas a proporção de pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio foi pequena e encontra-se em patamar bem abaixo da média do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	5.947
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	8,20
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.087
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	95,3
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	93,7
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	14,0
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,60

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Ainda que os resultados obtidos por Colômbia situam-na abaixo das médias estaduais em riqueza e escolaridade, o município progrediu nas três dimensões do IPRS, levando-o a ser classificado no Grupo 2.

Ranking 2000

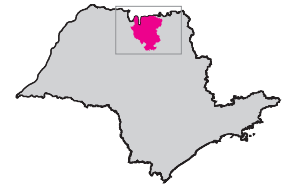
127<sup>o</sup>  
Riqueza

358<sup>o</sup>  
Longevidade

589<sup>o</sup>  
Escolaridade

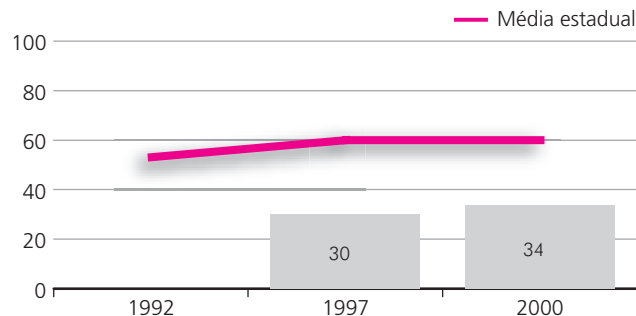
## EMBAÚBA

Embaúba manteve-se no Grupo 4 nas duas últimas edições do IPRS, grupo dos municípios com nível de riqueza baixo, mas com indicadores sociais intermediários. Apresentou avanços nas três dimensões analisadas, porém seus indicadores ainda não alcançaram a média do conjunto do Estado.



### Riqueza: redução do valor adicionado fiscal

Embaúba ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 545<sup>a</sup>  
2000 – 462<sup>a</sup>



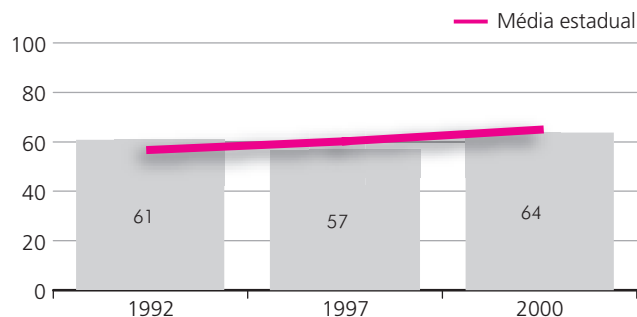
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 4,8 MW para 5,7 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial teve ligeiro aumento de 1,6 MW para 1,7 MW;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 314 para R\$ 401;
- o valor adicionado fiscal *per capita* caiu de R\$ 3.696 para R\$ 2.811.

Embaúba teve aumentos nas atividades primária e terciária e na média salarial. O consumo de energia elétrica residencial diminuiu muito pouco, e a redução maior ocorreu no valor adicionado fiscal *per capita*. Mesmo assim, seu indicador de riqueza elevou-se, bem como sua classificação neste *ranking*.

### Longevidade: maior redução da mortalidade perinatal

Embaúba ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 476<sup>a</sup>  
2000 – 408<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

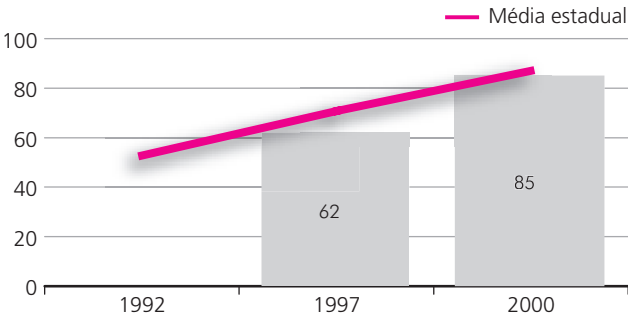
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) variou de 24,4 para 24,3;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 28,3 para 20,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) oscilou de 1,7 para 1,6;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 40,4 para 37,4.

Embaúba registrou decréscimo em todas as taxas de mortalidade, mas o destaque fica para a de mortalidade perinatal, que reduziu-se em 8 pontos. As taxas de mortalidade infantil e de pessoas entre 15 e 39 anos mantiveram-se praticamente estáveis.

### Escolaridade: bom desempenho na dimensão

Embaúba ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 358<sup>a</sup>  
2000 – 246<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental passou de 48,2% para 69,3%;
- a parcela de pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio aumentou de 22,0% para 35,2%;
- elevou-se de 92,2% para 100% a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 94,5% para 95,7%;
- não há participação da rede municipal no total da rede pública de ensino fundamental.

Embaúba apresentou evolução em quase todos os componentes desse indicador, com destaque para a alfabetização na faixa de 10 a 14 anos, que atingiu 100%.

### Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	2.477
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	29,84
Número de Domicílios Particulares Permanentes	588
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	5,0
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,1
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,7
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	8,8
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,82

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

### Síntese

Embaúba apresentou crescimento nas três dimensões analisadas e ganhou algumas posições no *ranking* em todas. Longevidade e escolaridade estão próximas da média do Estado, já o indicador de riqueza obteve nível bem inferior à média estadual.

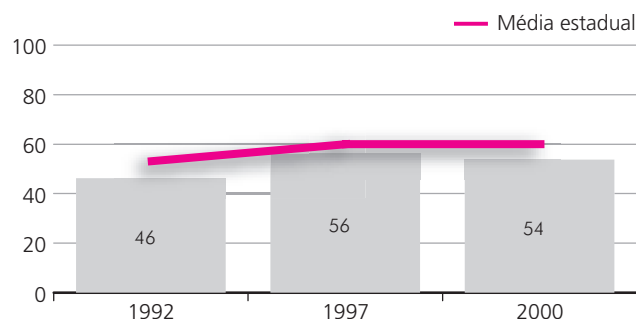
**Ranking 2000**  
**462º**  
Riqueza  
**408º**  
Longevidade  
**246º**  
Escolaridade

Guaíra vem progredindo na classificação, passando do Grupo 4, em 1992, para o Grupo 2, em 1997, e para o Grupo 1, em 2000, que reúne os municípios com altos níveis de riqueza, longevidade e escolaridade. A mudança para o Grupo 1 deve-se aos excelentes resultados nos indicadores sociais.



## Riqueza: redução do valor adicionado fiscal

Guaíra ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 71ª  
2000 – 70ª



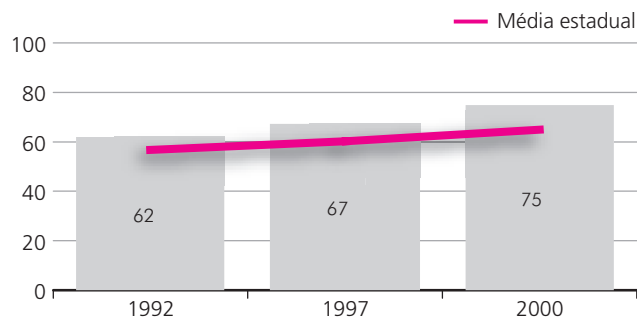
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 21,8 MW para 22,8 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se estável em 2,3 MW;
- o rendimento médio do emprego formal sofreu ligeira redução, passando de R\$ 594 para R\$ 550;
- o valor adicionado fiscal *per capita* teve queda de R\$ 8.769 para R\$ 7.835.

Guaíra apresentou pequena retração nessa dimensão, embora tenha havido ligeiro crescimento nos setores primário e terciário. A queda no rendimento médio do emprego formal e no valor adicionado fiscal *per capita* acabou reduzindo o indicador de riqueza de 56 para 54, o que pouco influenciou em sua classificação no *ranking*.

## Longevidade: redução das taxas de mortalidade infantil e perinatal

Guaíra ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 223ª  
2000 – 83ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 16,2 para 7,3;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) teve redução de 15,6 para 10,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) oscilou de 1,8 para 1,5;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) variou de 43,9 para 44,6.

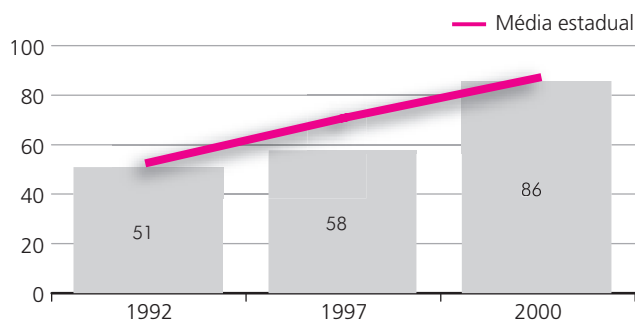
Embora tenha ocorrido ligeiro aumento na taxa de mortalidade dos idosos, Guaíra apresentou bom desempenho nesta dimensão, com reduções significativas nas taxas de mortalidade infantil e perinatal, cujos resultados continuam melhores que os níveis médios estaduais.

## Escolaridade: ótimo desempenho

Guaíra ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 465<sup>a</sup>

2000 – 224<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental passou de 40,2% para 68,0%;
- a parcela de pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio aumentou de 19,3% para 38,3%;
- elevou-se de 91,5% para 97,1% a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 95,3% para 97,3%;
- não há participação da rede municipal de ensino no total da rede pública de ensino fundamental.

Guaíra apresentou grande evolução nesta dimensão, com destaque para o aumento da proporção de jovens que concluíram o ensino fundamental, cuja média ultrapassou a estadual.

## Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	34.574
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	27,86
Número de Domicílios Particulares Permanentes	9.396
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,1
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,4
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,6
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,9
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	10,3
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,67

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

## Síntese

Situação favorável do município, mesmo com a pequena retração em riqueza. Apresentou excelentes resultados em longevidade, reduzindo quase todas as taxas de mortalidade para níveis melhores que o total do Estado, passando a ser classificado como de nível alto. Também em escolaridade seu desempenho foi favorável, em que pese a inexistência da rede municipal de ensino fundamental.

### Ranking 2000

**70<sup>o</sup>**  
Riqueza

**83<sup>o</sup>**  
Longevidade

**224<sup>o</sup>**  
Escolaridade

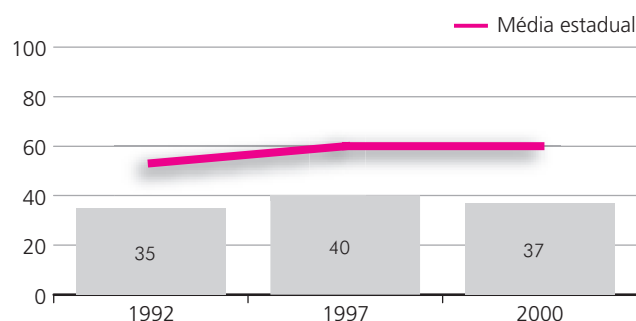
## GUARACI

Guaraci manteve-se no Grupo 4 nas três edições do IPRS, que agrega os municípios com nível baixo de riqueza e indicadores intermediários de longevidade e escolaridade. Os piores resultados foram encontrados na dimensão longevidade e o município só não recuou para o Grupo 5 devido aos avanços obtidos em escolaridade.



### Riqueza: redução em quase todas as variáveis

Guaraci ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 332<sup>a</sup>  
2000 – 397<sup>a</sup>



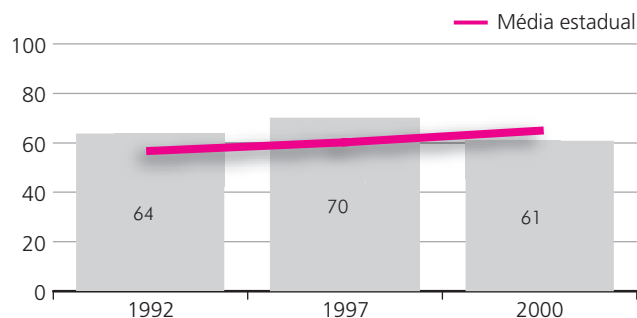
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 9,4 MW para 7,2 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial passou de 1,8 MW para 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 416 para R\$ 371;
- o valor adicionado fiscal *per capita* teve queda, passando de R\$ 3.718 para R\$ 2.554.

À exceção do consumo residencial de energia elétrica, que cresceu um pouco no período, as demais variáveis regrediram, principalmente aquelas relacionadas com as atividades dos setores produtivos.

### Longevidade: aumentam a mortalidade infantil e a perinatal

Guaraci ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 150<sup>a</sup>  
2000 – 476<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 14,2 para 27,9;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) cresceu de 14,1 para 22,7;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) diminuiu de 1,5 para 1,1;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) oscilou de 43,9 para 43,1.

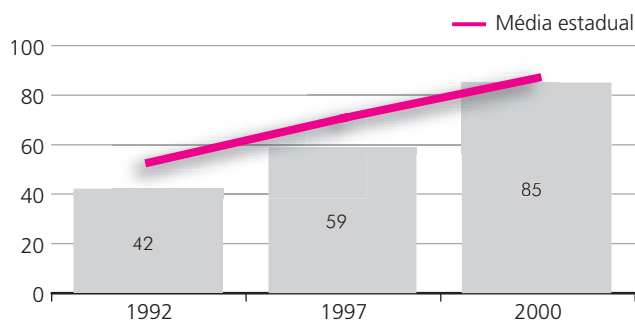
Guaraci regrediu nesta dimensão, exibindo considerável aumento nas taxas de mortalidade infantil e perinatal. Mesmo com redução da mortalidade na faixa etária de 15 a 39 anos e estabilidade entre os maiores de 60 anos, o indicador de longevidade caiu de 70 para 61.

## Escolaridade: grande crescimento

Guaraci ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 444<sup>a</sup>

2000 – 242<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental passou de 39,3% para 57,2%;
- a parcela de pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio aumentou de 23,6% para 44,1%;
- elevou-se de 91,0% para 96,6% a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 93,4% para 96,9%;
- permaneceu praticamente estável a participação da rede municipal no total da rede pública de ensino fundamental, passando de 44,4% para 43,6%.

Houve evolução significativa nesta dimensão, demonstrada pelo aumento do seu indicador, que passou de 59 para 85, fazendo o município melhorar substancialmente sua classificação no *ranking* dessa dimensão.

## Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	8.836
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	13,74
Número de Domicílios Particulares Permanentes	2.096
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	98,2
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,5
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,8
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	9,6
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,84

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

## Síntese

Guaraci apresentou retração na dimensão riqueza. Em longevidade, houve grande diminuição de seu indicador, fazendo com que o município passasse a ser classificado como de nível baixo. Já em escolaridade, os progressos foram significativos, evoluindo para a classificação de nível médio.

### Ranking 2000

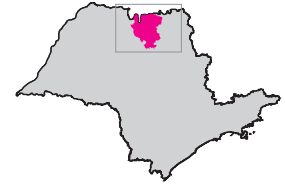
**397<sup>o</sup>**  
Riqueza

**476<sup>o</sup>**  
Longevidade

**242<sup>o</sup>**  
Escolaridade

## JABORANDI

Jaborandi, que, em 1992, pertencia ao Grupo 4, passou para o Grupo 3 em 1997, e classificou-se no Grupo 5, em 2000, que reúne os municípios com baixos níveis em riqueza, longevidade e escolaridade. Essa mudança se deveu ao fraco desempenho em longevidade e aos progressos insuficientes em escolaridade.

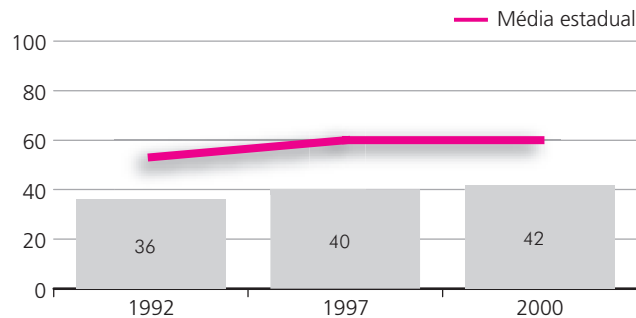


### Riqueza: pequeno crescimento

Jaborandi ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 324<sup>a</sup>

2000 – 270<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 11,6 MW para 13,2 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se estável em 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 351 para R\$ 393;
- o valor adicionado fiscal *per capita* caiu de R\$ 5.501 para R\$ 4.548.

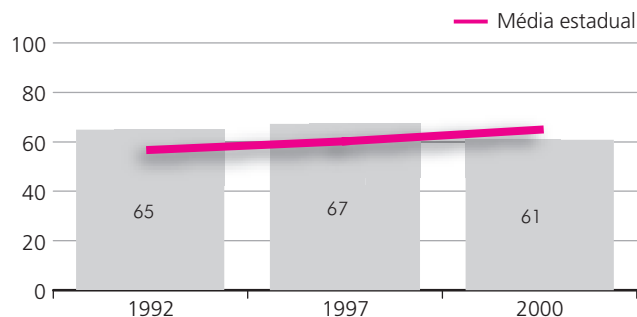
Jaborandi apresentou queda no valor adicionado fiscal *per capita*, porém o rendimento médio do emprego formal e as atividades econômicas dos setores primário e terciário cresceram o suficiente para elevar o indicador de riqueza de 40 para 42.

### Longevidade: redução apenas na mortalidade de jovens e adultos

Jaborandi ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 205<sup>a</sup>

2000 – 470<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 22,5 para 29,0;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) cresceu de 13,0 para 22,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) diminuiu de 1,6 para 1,0;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) aumentou de 42,3 para 43,3.

O município regrediu nesta dimensão, apresentando aumento nas taxas de mortalidade infantil, perinatal e entre pessoas com mais de 60 anos. Só houve redução na mortalidade da faixa etária entre 15 e 39 anos.

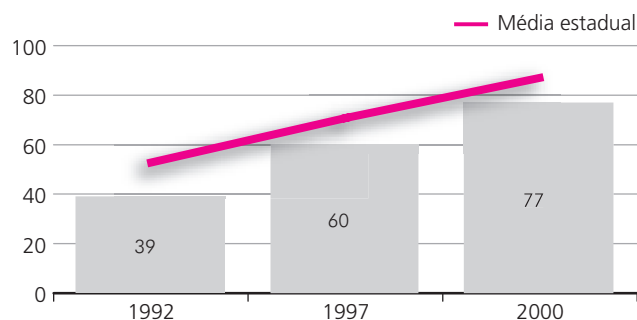


## Escolaridade: progressos insuficientes

Jaborandi ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 408<sup>a</sup>

2000 – 428<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental passou de 40,2% para 63,6%;
- a parcela de pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio aumentou de 20,2% para 34,0%;
- diminuiu de 93,2% para 92,2% a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo aumentou ligeiramente, passando de 95,7% para 96,4%;
- a rede municipal continua não tendo participação na rede pública de ensino fundamental.

Jaborandi apresentou progressos nessa dimensão, porém insuficientes para se aproximar dos níveis médios estaduais.

## Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	6.423
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	25,90
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.645
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,4
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	92,1
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	100,0
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	9,4
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,76

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

## Síntese

Jaborandi apresentou pequeno crescimento na dimensão riqueza. Em longevidade o desempenho foi preocupante, levando o município a ser classificado como de nível baixo, reclassificação também ocorrida em escolaridade, apesar dos progressos obtidos nessa dimensão.

### Ranking 2000

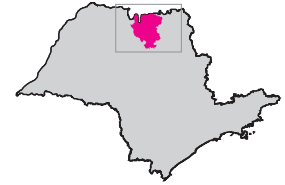
**270<sup>o</sup>**  
Riqueza

**470<sup>o</sup>**  
Longevidade

**428<sup>o</sup>**  
Escolaridade

## MONTE AZUL PAULISTA

Monte Azul Paulista manteve-se no Grupo 3 nas duas últimas edições do IPRS, composto por municípios com nível baixo de riqueza e bons indicadores de escolaridade e longevidade. Obteve importantes avanços na dimensão escolaridade e, sobretudo, em longevidade, com resultados que superaram as médias estaduais.

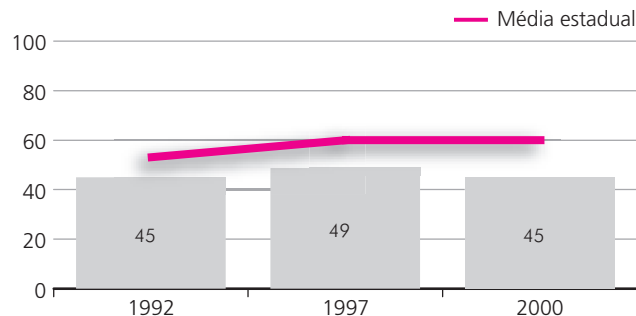


### Riqueza: aumento apenas nos setores primário e terciário

Monte Azul Paulista ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 135<sup>a</sup>

2000 – 203<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 8,0 MW para 8,4 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial passou de 2,5 MW para 2,4 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 489 para R\$ 338;
- o valor adicionado fiscal *per capita* caiu de R\$ 5.154 para R\$ 3.730.

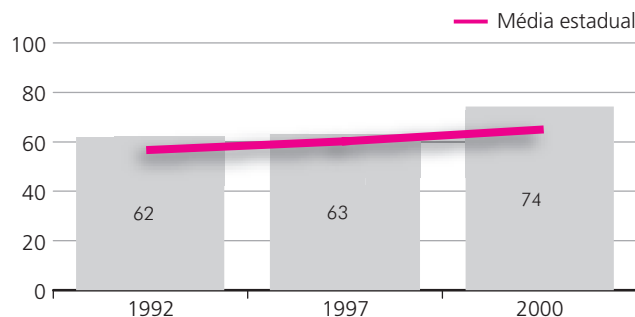
Monte Azul Paulista só apresentou crescimento no consumo de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços. A maior queda ocorreu no valor adicionado fiscal *per capita*.

### Longevidade: redução em todas as taxas de mortalidade

Monte Azul Paulista ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 335<sup>a</sup>

2000 – 110<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 17,3 para 7,6;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) teve redução de 23,5 para 17,9;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) oscilou de 1,6 para 1,4;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) caiu de 42,6 para 34,5.

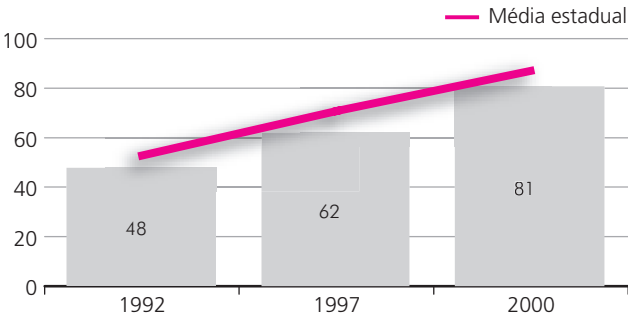
Grandes avanços nessa dimensão, com redução em todas as variáveis e resultados melhores que as médias estaduais. As maiores quedas ocorreram nas taxas de mortalidade infantil e entre os maiores de 60 anos.

### Escolaridade: aumento em todas as variáveis

Monte Azul Paulista ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 364<sup>a</sup>

2000 – 325<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental passou de 44,4% para 58,4%;
- a parcela de pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio aumentou de 18,8% para 35,5%;
- elevou-se de 93,3% para 98,4% a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo variou de 94,6% para 95,6%;
- a rede municipal aumentou sua participação na rede pública de ensino fundamental, passando de 60,2% para 63,6%.

O município apresentou progressos em todas as variáveis nessa dimensão, com destaque para a diminuição do analfabetismo entre as pessoas de 10 a 14 anos.

### Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	19.534
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	73,99
Número de Domicílios Particulares Permanentes	4.886
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	97,4
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,4
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,8
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	11,7
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,60

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

### Síntese

Monte Azul Paulista apresentou retração apenas na dimensão riqueza. Em longevidade passou a ostentar níveis bem melhores que os registrados pelo total do Estado, e em escolaridade também progrediu, porém, ainda sem atingir os níveis médios estaduais.

#### Ranking 2000

**203<sup>o</sup>**  
Riqueza  
**110<sup>o</sup>**  
Longevidade  
**325<sup>o</sup>**  
Escolaridade

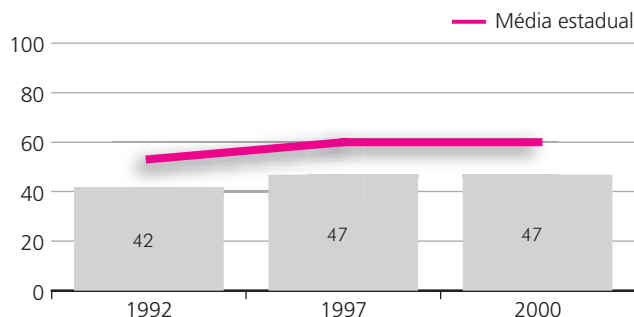
## OLÍMPIA

Olímpia, nas duas primeiras edições do IPRS (1992 e 1997), pertencia ao Grupo 3, passando para o Grupo 4, em 2000, que reúne os municípios com nível de riqueza baixo, mas com indicadores interdiários de longevidade e escolaridade. A mudança de classificação deveu-se ao desempenho sofrível na dimensão longevidade.



### Riqueza: estabilidade do indicador

Olímpia ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 177<sup>a</sup>  
2000 – 161<sup>a</sup>



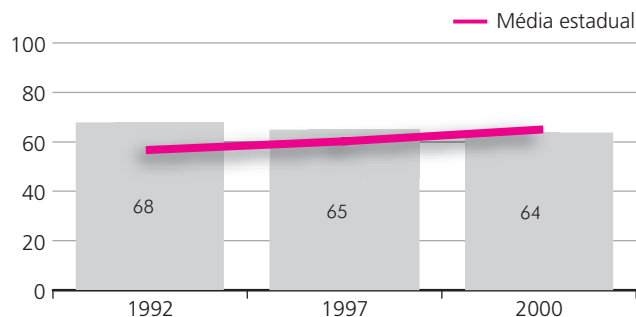
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 8,6 MW para 9,7 MW;
- o consumo de energia elétrica por ligação residencial manteve-se estável em 2,3 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 550 para R\$ 495;
- o valor adicionado fiscal *per capita* aumentou de R\$ 3.120 para R\$ 3.481.

Ocorreram aumentos nas atividades primária e terciária e no valor adicionado fiscal *per capita*. O consumo de energia elétrica residencial manteve-se estável e o rendimento médio do emprego formal diminuiu, fazendo com que seu indicador de riqueza não se alterasse.

### Longevidade: desempenho sofrível

Olímpia ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 274<sup>a</sup>  
2000 – 409<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

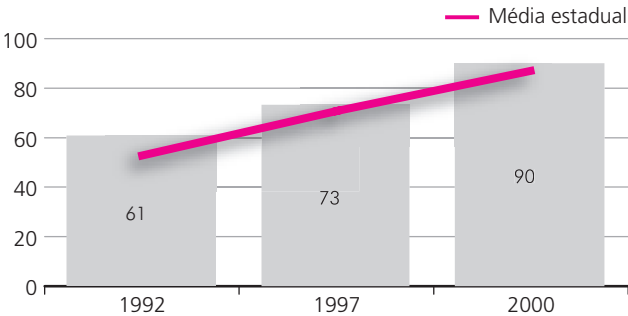
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) variou de 21,9 para 22,1;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) aumentou de 18,4 para 21,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) manteve-se em torno de 1,4;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) oscilou de 41,9 para 39,0.

As taxas de mortalidade infantil e na faixa etária de 15 a 39 anos mantiveram-se estáveis, houve aumento na mortalidade perinatal e redução apenas na taxa de mortalidade dos maiores de 60 anos, o que explica a queda apresentada pelo indicador e a perda de posições no *ranking*.

Escolaridade: elevação em quase todas as variáveis

Olímpia ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 122ª  
2000 – 118ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental passou de 52,0% para 65,1%;
- a parcela de pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio aumentou de 29,1% para 45,8%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo elevou-se de 94,1% para 97,2%;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo oscilou de 96,3% para 97,7%;
- a participação da rede municipal no total da rede pública de ensino fundamental variou de 43,9% para 43,2%.

Olímpia registrou aumento em quase todos os componentes do indicador; apenas a participação do município no total da rede pública de ensino fundamental manteve-se estável.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	45.981
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	56,63
Número de Domicílios Particulares Permanentes	12.258
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	98,1
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	97,7
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,4
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,9
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	9,9
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,60

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Embora tenha apresentado bom resultado em escolaridade e estabilidade na dimensão riqueza, a queda no indicador de longevidade foi decisiva para a classificação do município no Grupo 4.

Ranking 2000

161ª Riqueza

409ª Longevidade

118ª Escolaridade

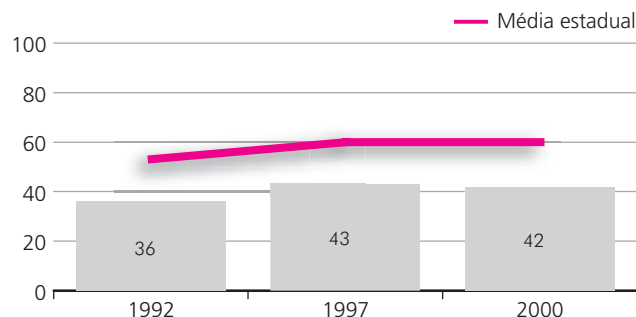
## PIRANGI

Pirangi manteve-se no Grupo 3 nas duas últimas edições do IPRS. Esse grupo é composto por municípios com nível baixo de riqueza e bons indicadores de escolaridade e longevidade. Na primeira edição, esteve no Grupo 4. Importantes avanços ocorreram na dimensão escolaridade, em que quase todas as variáveis superaram as médias estaduais.



### Riqueza: redução na média salarial do emprego formal e no valor adicionado fiscal

Pirangi ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 264<sup>a</sup>  
2000 – 253<sup>a</sup>



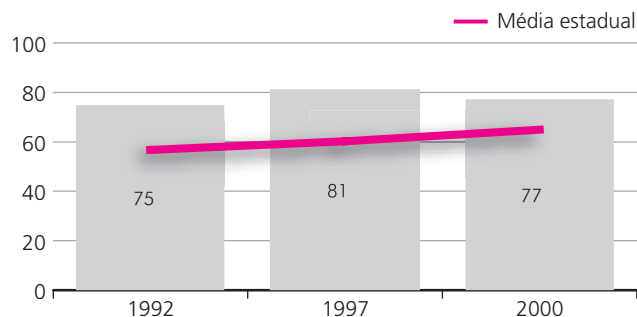
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 6,8 MW para 7,1 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se estável em 2,3 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 406 para R\$ 379;
- o valor adicionado fiscal *per capita* caiu de R\$ 2.960 para R\$ 2.243.

Os resultados mostram pequeno crescimento nos setores primário e terciário de atividade econômica. As quedas no valor adicionado fiscal *per capita* e no rendimento médio do emprego formal levaram a uma pequena retração do indicador de riqueza.

### Longevidade: estabilidade nas taxas de mortalidade infantil e perinatal

Pirangi ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 18<sup>a</sup>  
2000 – 57<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

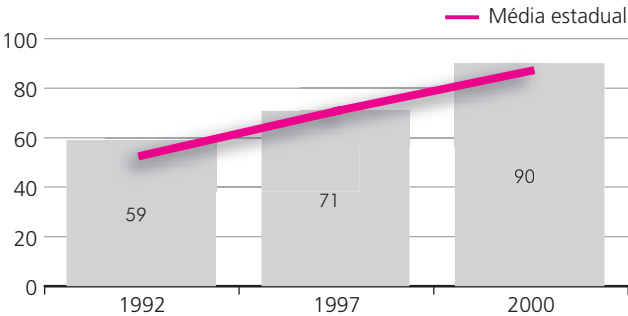
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) manteve-se estável em torno de 7,9;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) manteve-se estável em torno de 10,5;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) passou de 0,8 para 1,6;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) oscilou de 33,5 para 35,9.

Pirangi não apresentou grandes mudanças nessa dimensão. As taxas de mortalidade infantil e perinatal mantiveram-se estáveis e houve ligeiro aumento nas taxas das faixas etárias de 15 a 39 e acima de 60 anos. Porém, como outros municípios avançaram nesta dimensão, perdeu posições no *ranking* de longevidade.

Escolaridade: aumento em quase todas as variáveis

Pirangi ocupou as seguintes posições no ranking de escolaridade:

1997 – 176ª  
2000 – 131ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental passou de 51,7% para 67,1%;
- a parcela de pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio aumentou de 27,6% para 46,1%;
- elevou-se de 94,9% para 96,9% a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 96,2% para 97,8%;
- o município continua não tendo participação na rede pública de ensino fundamental.

Pirangi progrediu em todas as variáveis dessa dimensão, superando os níveis médios estaduais, à exceção da municipalização do ensino público fundamental, que permanece inexistente.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	10.036
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	49,93
Número de Domicílios Particulares Permanentes	2.504
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,6
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,5
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	100,0
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,9
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	8,1
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,70

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

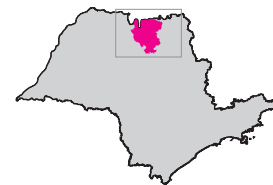
Síntese

Pirangi apresentou pequena retração em riqueza; na dimensão longevidade, apesar da queda no indicador, os níveis estão melhores do que os registrados pelo total do Estado. Em escolaridade, superou os níveis médios estaduais em quase todas as variáveis.

**Ranking 2000**  
**253º**  
Riqueza  
**57º**  
Longevidade  
**131º**  
Escolaridade

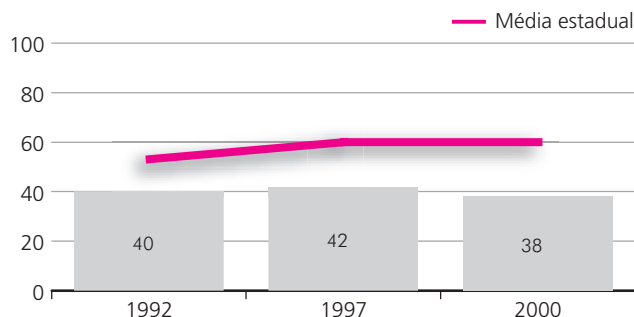
## SEVERÍNIA

Severínia passou para o Grupo 5 na última edição do IPRS, dos municípios que apresentam níveis baixos de riqueza, longevidade e escolaridade. Obteve avanços na dimensão escolaridade, mas insuficientes para manter o município no Grupo 4, ao qual pertencia nas duas primeiras edições do IPRS.



### Riqueza: redução na média salarial e no valor adicionado

Severínia ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 281<sup>a</sup>  
2000 – 357<sup>a</sup>



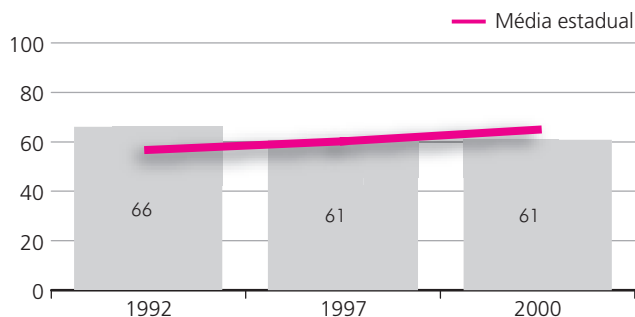
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços variou de 8,2 MW para 7,9 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial manteve-se em torno de 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 541 para R\$ 429;
- o valor adicionado fiscal *per capita* caiu de R\$ 3.908 para R\$ 3.420.

As reduções registradas na média salarial e no valor adicionado fiscal *per capita* não foram compensadas pelas demais variáveis, o que ocasionou a redução do indicador e a queda no *ranking* dessa dimensão.

### Longevidade: aumento das taxas de mortalidade infantil e perinatal

Severínia ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 385<sup>a</sup>  
2000 – 457<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 22,8 para 29,2;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) subiu de 21,2 para 23,4;
- houve ligeira redução da taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) de 1,6 para 1,1;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 44,9 para 38,0.

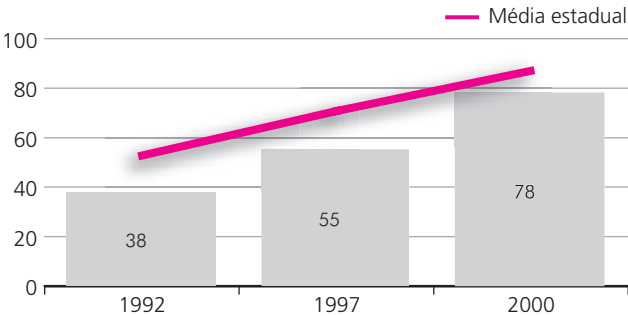
Os aumentos das taxas de mortalidade infantil e perinatal causaram a perda de várias posições no *ranking*, apesar das reduções da mortalidade nas faixas de 15 a 39 anos e acima de 60 anos.



Escolaridade: melhora insuficiente

Severínia ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 516ª  
2000 – 419ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental aumentou de 37,7% para 60,0%;
- a parcela de pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio dobrou, passando de 14,8% para 33,4%;
- elevou-se de 92,5% para 96,6% a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo oscilou de 92,2% para 93,3%;
- toda a rede pública de ensino fundamental é municipalizada.

Embora o município tenha registrado aumento em todos os componentes do indicador, ainda permanece abaixo da média do Estado nessa dimensão.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	13.570
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	102,80
Número de Domicílios Particulares Permanentes	3.273
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	100,0
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,7
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,6
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,1
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	17,8
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,70

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A redução no indicador de riqueza e, principalmente, a melhora insuficiente na dimensão escolaridade e a estabilidade registrada em longevidade fizeram com que o município fosse classificado no Grupo 5 nesta última edição do IPRS.

Ranking 2000

357º  
Riqueza

457º  
Longevidade

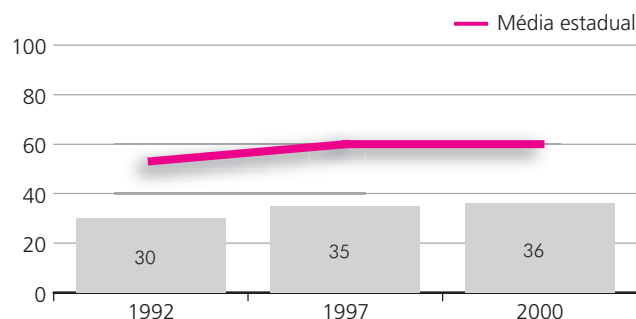
419º  
Escolaridade

Na edição de 1992 do IPRS, Taiaçu classificou-se no Grupo 4, passou para o Grupo 3, em 1997, mas retornou ao Grupo 4, em 2000, que reúne os municípios com baixo desenvolvimento econômico e níveis médios de longevidade e escolaridade. O município obteve alguns avanços nas dimensões longevidade e escolaridade.



## Riqueza: redução no valor adicionado fiscal

Taiaçu ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 429<sup>a</sup>  
2000 – 422<sup>a</sup>



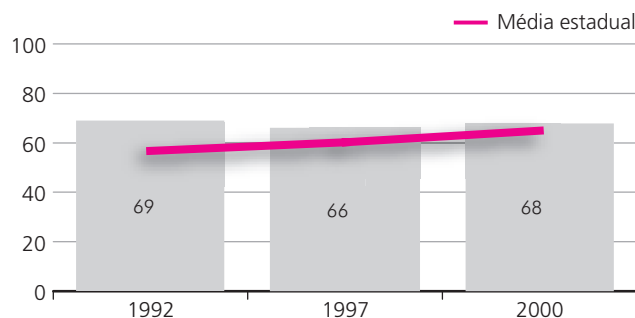
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 6,7 MW para 8,0 MW;
- o consumo de energia elétrica por ligação residencial manteve-se estável em 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 329 para R\$ 338;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 1.969 para R\$ 1.573.

O município registrou desempenho positivo nos setores primário e terciário da economia, com pequeno aumento no rendimento médio do emprego formal, mas queda do valor adicionado fiscal *per capita*.

## Longevidade: aumento da mortalidade infantil

Taiaçu ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 251<sup>a</sup>  
2000 – 282<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

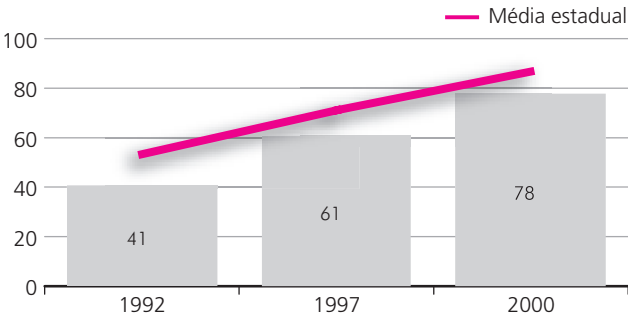
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 15,0 para 19,7;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) manteve-se estável em 16,3;
- houve pequena redução da taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes), que passou de 2,6 para 1,5;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) variou de 38,2 para 38,8.

Taiaçu apresentou muita variabilidade em suas taxas de mortalidade, sendo que o aumento da mortalidade infantil e dos idosos provocou perda de posições no *ranking* dessa dimensão.

Escolaridade: bom desempenho

Taiacu ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 389<sup>a</sup>  
2000 – 406<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela de jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental aumentou de 42,3% para 67,8%;
- a parcela de pessoas de 20 a 24 anos que completaram o ensino médio passou de 20,9% para 28,9%;
- elevou-se de 93,1% para 96,1% a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo manteve-se estável em 94%;
- a participação da rede municipal no total do ensino público fundamental aumentou de 48,4% para 49,8%.

Verificaram-se progressos em quase todas as variáveis desta dimensão. Ressalte-se que o índice de conclusão do ensino fundamental está acima da média do Estado, o que não ocorre com a cobertura do ensino médio, que se encontra muito aquém deste valor.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	5.613
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	51,97
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.350
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,8
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	100,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	100,0
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,6
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	9,8
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,62

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Taiacu ganhou posições no *ranking* de riqueza, mas não avançou naqueles relacionados às dimensões sociais. Mesmo assim, em escolaridade conseguiu progressos importantes na cobertura do ensino fundamental.

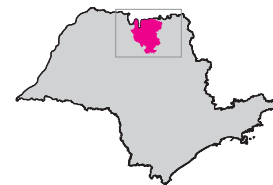
Ranking 2000

422<sup>o</sup>  
Riqueza

282<sup>o</sup>  
Longevidade

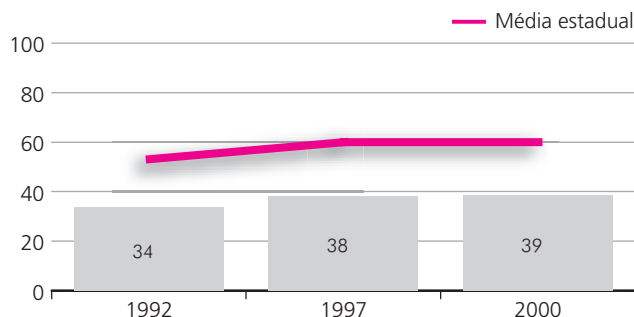
406<sup>o</sup>  
Escolaridade

Taiúva, que estava no Grupo 4, em 1992, classificou-se no Grupo 3, nas duas últimas edições do IPRS. Esse grupo reúne os municípios com bons indicadores de longevidade e escolaridade e níveis baixos de riqueza municipal. Foram registrados avanços importantes nas dimensões longevidade e escolaridade.



## Riqueza: estabilidade no consumo residencial e redução no valor adicionado

Taiúva ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 367<sup>a</sup>  
2000 – 350<sup>a</sup>



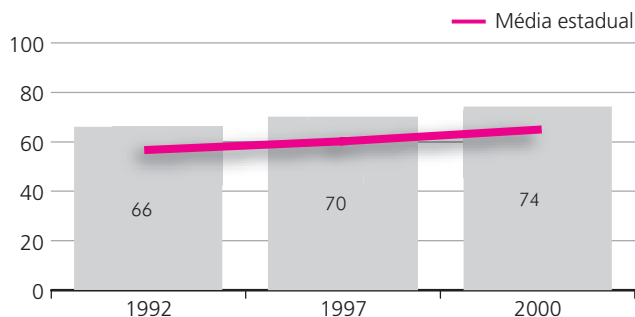
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 5,3 MW para 6,5 MW;
- o consumo de energia elétrica por ligação residencial manteve-se estável em 2 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 408 para R\$ 366;
- o valor adicionado fiscal *per capita* reduziu-se de R\$ 3.013 para R\$ 2.452.

Houve aumento no consumo de energia elétrica relacionado às atividades primária e terciária. A média salarial e o valor adicionado fiscal *per capita* diminuíram e o consumo de energia elétrica residencial manteve-se estável. Resultou desses movimentos a pequena ampliação do indicador de riqueza.

## Longevidade: taxas de mortalidade abaixo das médias estaduais

Taiúva ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 141<sup>a</sup>  
2000 – 94<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

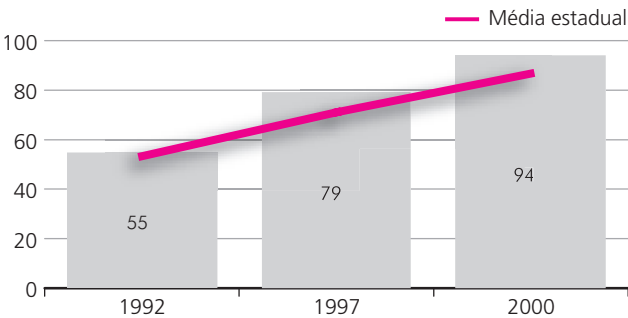
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 15,2 para 14,3;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) reduziu-se de 21,6 para 14,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) passou de 1,2 para 1,4;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 32,7 para 30,3.

Taiúva obteve progressos nessa dimensão, haja vista a redução ocorrida em quase todas as taxas, que ficaram abaixo das médias estaduais. O município aumentou seu indicador de longevidade e ganhou posições no *ranking*.

Escolaridade: desempenho positivo

Taiúva ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 48ª  
2000 – 22ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela de jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental aumentou de 60,5% para 80,1%;
- a proporção de pessoas de 20 a 24 anos que completaram o ensino médio passou de 33,1% para 53,6%;
- elevou-se de 95,5% para 98,8% a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 96,9% para 98,0%;
- a rede municipal de ensino fundamental é inexistente.

Todos os componentes desta dimensão apresentaram progressos, com destaque para o alto índice de alfabetização e a conclusão do ensino fundamental.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	5.503
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	42,33
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.402
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	98,9
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,7
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,7
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	5,6
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,58

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A condição de Taiúva não é totalmente favorável em virtude de seu baixo desempenho no indicador de riqueza. Nas demais dimensões, o município tem alcançado resultados melhores do que as médias estaduais, com destaque para os altos patamares em que se encontram as conclusões dos ensinos fundamental e médio.

Ranking 2000

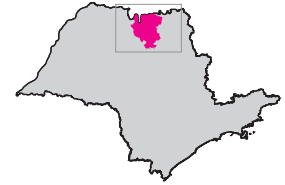
350ª Riqueza

94ª Longevidade

22ª Escolaridade

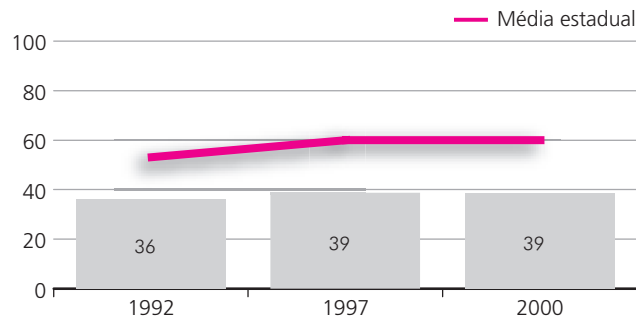
## TERRA ROXA

Terra Roxa manteve-se no Grupo 4, nas três edições do IPRS. Esse grupo é formado por municípios com níveis baixos de riqueza municipal e indicadores intermediários de longevidade e escolaridade. Seu desempenho mais favorável ocorreu na dimensão escolaridade, embora tenha obtido, na maioria dos componentes desse indicador, resultados inferiores às médias estaduais.



### Riqueza: queda no valor adicionado e na média salarial

Terra Roxa ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 338<sup>a</sup>  
2000 – 341<sup>a</sup>



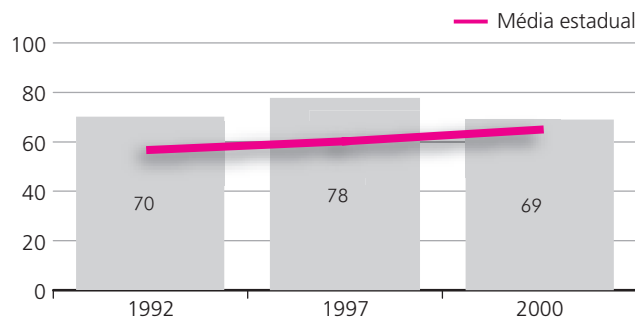
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços manteve-se em 7,3 MW;
- o consumo de energia elétrica por ligação residencial permaneceu estável em 2 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 369 para R\$ 340;
- o valor adicionado fiscal *per capita* reduziu-se de R\$ 3.965 para R\$ 3.384.

Terra Roxa não apresentou grandes avanços nessa dimensão, registrando retração no valor adicionado *per capita* e no rendimento médio do emprego formal e estabilidade nas demais variáveis.

### Longevidade: desempenho negativo

Terra Roxa ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 32<sup>a</sup>  
2000 – 230<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

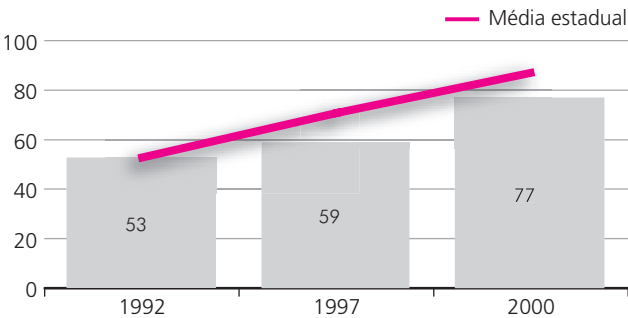
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 5,4 para 11,6;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) passou 13,4 para 22,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) manteve-se em 1,2;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) elevou-se de 35,5 para 37,1.

Terra Roxa não avançou nessa dimensão, haja vista o aumento ocorrido em quase todas as taxas de mortalidade, o que acarretou ao município a perda de muitas posições no *ranking* estadual.

Escolaridade: boa cobertura do ensino fundamental

Terra Roxa ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 434ª  
2000 – 444ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela de jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental aumentou de 40,5% para 58,9%;
- a parcela de pessoas de 20 a 24 anos que completaram o ensino médio passou de 18,6% para 30,4%;
- elevou-se de 90,3% para 97,1% a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo manteve-se em 95%;
- a rede municipal reduziu sua participação no total do ensino público fundamental, de 49,2% para 46,6%.

Registraram-se progressos em quase todos os componentes dessa dimensão. Houve pequena redução na participação do município no ensino fundamental. A alfabetização de pessoas de 15 a 24 anos se manteve estável, mas houve acréscimo na de 10 a 14 anos.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	7.741
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	34,10
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.986
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	97,5
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	92,6
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,9
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	8,1
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,74

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Terra Roxa apresentou desempenho favorável na dimensão escolaridade. No indicador de longevidade, perdeu posições importantes no *ranking*, apesar de sua taxa da mortalidade infantil ser inferior à da média estadual. Quanto à dimensão riqueza, acusou retração no valor adicionado fiscal e no rendimento médio do emprego formal, mas manteve estabilidade no consumo de energia elétrica.

Ranking 2000

341ª Riqueza

230ª Longevidade

444ª Escolaridade

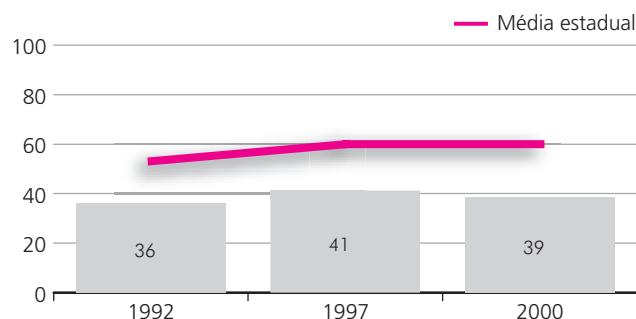
## VIRADOURO

Viradouro, que pertencia ao Grupo 4, em 1992, classificou-se no Grupo 3, nas duas últimas edições do IPRS. Esse grupo reúne os municípios com bons níveis de longevidade e escolaridade e níveis baixos de riqueza municipal. Foram registrados avanços na dimensão longevidade, com a maioria das taxas de mortalidade abaixo das médias estaduais.



### Riqueza: queda no valor adicionado e na média salarial

Viradouro ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 308<sup>a</sup>  
2000 – 342<sup>a</sup>



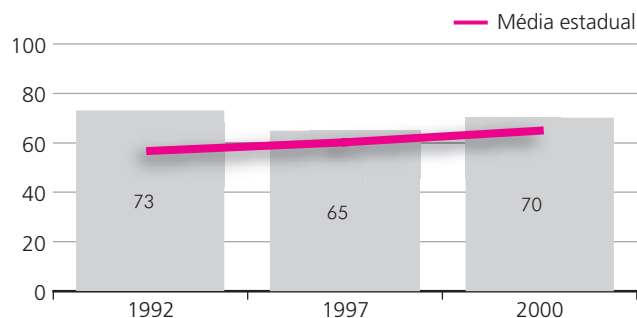
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços oscilou de 6,6 MW para 6,9 MW;
- o consumo de energia elétrica por ligação residencial manteve-se estável em 2,1 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 407 para R\$ 358;
- o valor adicionado fiscal *per capita* reduziu-se de R\$ 2.316 para R\$ 1.913.

Não se observou avanço nessa dimensão, uma vez que o município apresentou estabilidade das atividades dos setores primário e terciário e redução no valor adicionado fiscal e no rendimento médio do emprego formal.

### Longevidade: redução das mortalidades infantil e perinatal

Viradouro ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 280<sup>a</sup>  
2000 – 227<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 18,5 para 15,4;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) passou de 20,8 para 15,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) manteve-se em 1,6;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) variou de 40,8 para 41,0.

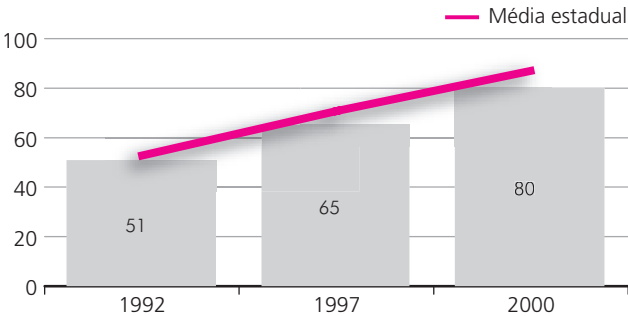
Viradouro progrediu nessa dimensão, com reduções importantes nas taxas de mortalidade infantil e perinatal, que ficaram abaixo das respectivas médias estaduais.



Escolaridade: crescimento em quase todos os indicadores

Viradouro ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 302<sup>a</sup>  
2000 – 371<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela de jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental aumentou de 45,8% para 55,6%;
- a proporção de pessoas de 20 a 24 anos que completaram o ensino médio passou de 22,8% para 40,8%;
- elevou-se de 92,9% para 96,5% a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo variou de 95,3% para 94,8%;
- a rede municipal aumentou ligeiramente sua participação no total do ensino público fundamental, de 48,1% para 49,4%.

Houve desempenho positivo em quase todos os componentes, com destaque para o aumento da cobertura do ensino médio e a boa participação da rede municipal no total do ensino público fundamental.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	15.933
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	71,77
Número de Domicílios Particulares Permanentes	4.232
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,5
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,8
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,8
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,7
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	6,9
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,68

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Viradouro avançou positivamente no indicador de escolaridade, mas as variáveis de conclusão dos ensinos fundamental e médio ainda estão abaixo das médias regional e estadual. O município ganhou posições importantes no *ranking* de longevidade, devido à queda das mortalidades infantil e perinatal. O indicador de riqueza teve desempenho negativo.

Ranking 2000

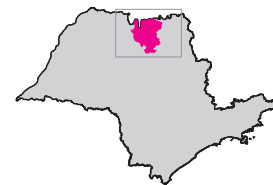
342<sup>o</sup>  
Riqueza

227<sup>o</sup>  
Longevidade

371<sup>o</sup>  
Escolaridade

## VISTA ALEGRE DO ALTO

Vista Alegre do Alto manteve-se no Grupo 1, nas duas últimas edições do IPRS, que reúne os municípios com indicadores mais favoráveis nas três dimensões. Verifica-se a evolução de Vista Alegre do Alto, que pertencia, em 1992, ao Grupo 4. Avanços significativos ocorreram na dimensão longevidade, cujas taxas de mortalidade estão abaixo das médias estaduais.

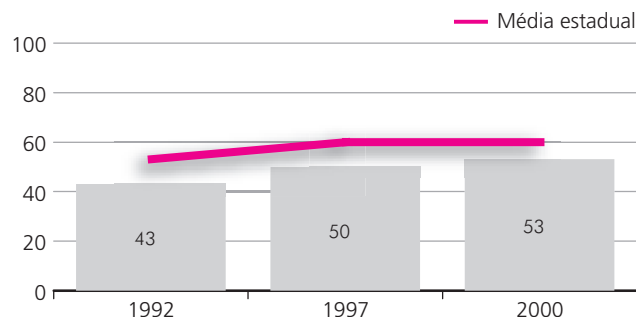


### Riqueza: crescimento em quase todas as variáveis

Vista Alegre do Alto ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 126<sup>a</sup>

2000 – 91<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 9,8 MW para 11,7 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial, manteve-se estável em 2,4 MW;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 526 para R\$ 552;
- o valor adicionado fiscal *per capita* elevou-se sensivelmente de R\$ 4.925 para R\$ 7.594.

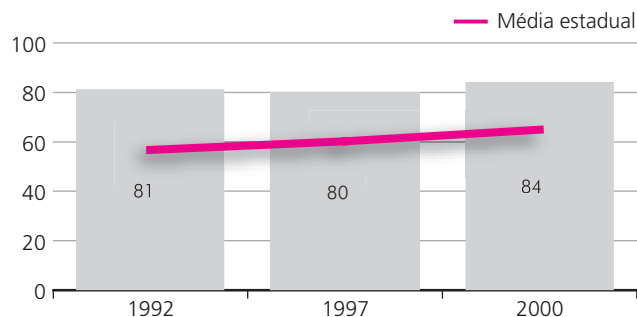
Vista Alegre do Alto apresentou importantes avanços nessa dimensão, com aumento expressivo no valor adicionado fiscal *per capita*. Ocorreu pequeno crescimento na média salarial e nas atividades dos setores primário e terciário.

### Longevidade: mortalidade mantém-se em patamar baixo

Vista Alegre do Alto ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 22<sup>a</sup>

2000 – 11<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) variou de 4,6 para 4,4;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 9,2 para 6,6;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 1,6 para 1,1;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 34,2 para 30,8.

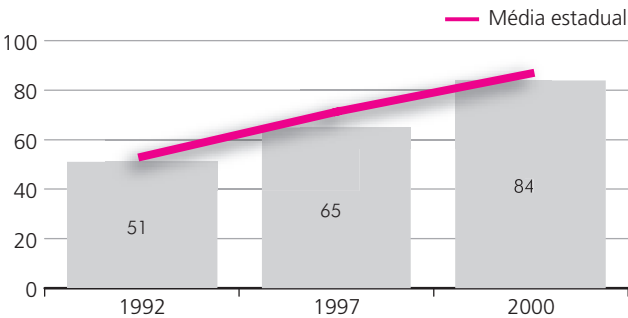
Vista Alegre do Alto continua apresentando baixos patamares de mortalidade, todos inferiores às médias estaduais, o que garante a boa posição do município no *ranking*.

### Escolaridade: desempenho positivo

Vista Alegre do Alto ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 292<sup>a</sup>

2000 – 251<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela de jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental aumentou de 44,9% para 70,3%;
- a proporção de pessoas de 20 a 24 anos que completaram o ensino médio passou de 23,5% para 28,5%;
- elevou-se de 92,9% para 97,7% a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 95,5% para 97,8%;
- a rede municipal diminuiu ligeiramente sua participação no total do ensino público fundamental de 47,7% para 46,1%.

Em Vista Alegre do Alto houve aumento significativo do índice de conclusão do ensino fundamental, mas a cobertura do ensino médio está bem abaixo dos níveis regional e estadual.

### Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	4.742
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	50,45
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.171
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	100,0
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	100,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	100,0
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	98,4
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	4,7
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,56

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

### Síntese

O desempenho de Vista Alegre do Alto é bastante favorável no indicador de longevidade, porém, nas dimensões riqueza e escolaridade, ainda está abaixo das médias estaduais, a despeito do ganho apresentado, principalmente, no valor adicionado fiscal *per capita* e do índice de conclusão do ensino fundamental.

#### Ranking 2000

**91<sup>o</sup>**  
Riqueza  
**11<sup>o</sup>**  
Longevidade  
**251<sup>o</sup>**  
Escolaridade